€mpreender

economia | negócios | investimentos

2º semestre | 2011

Associação de Turismo dos Açores

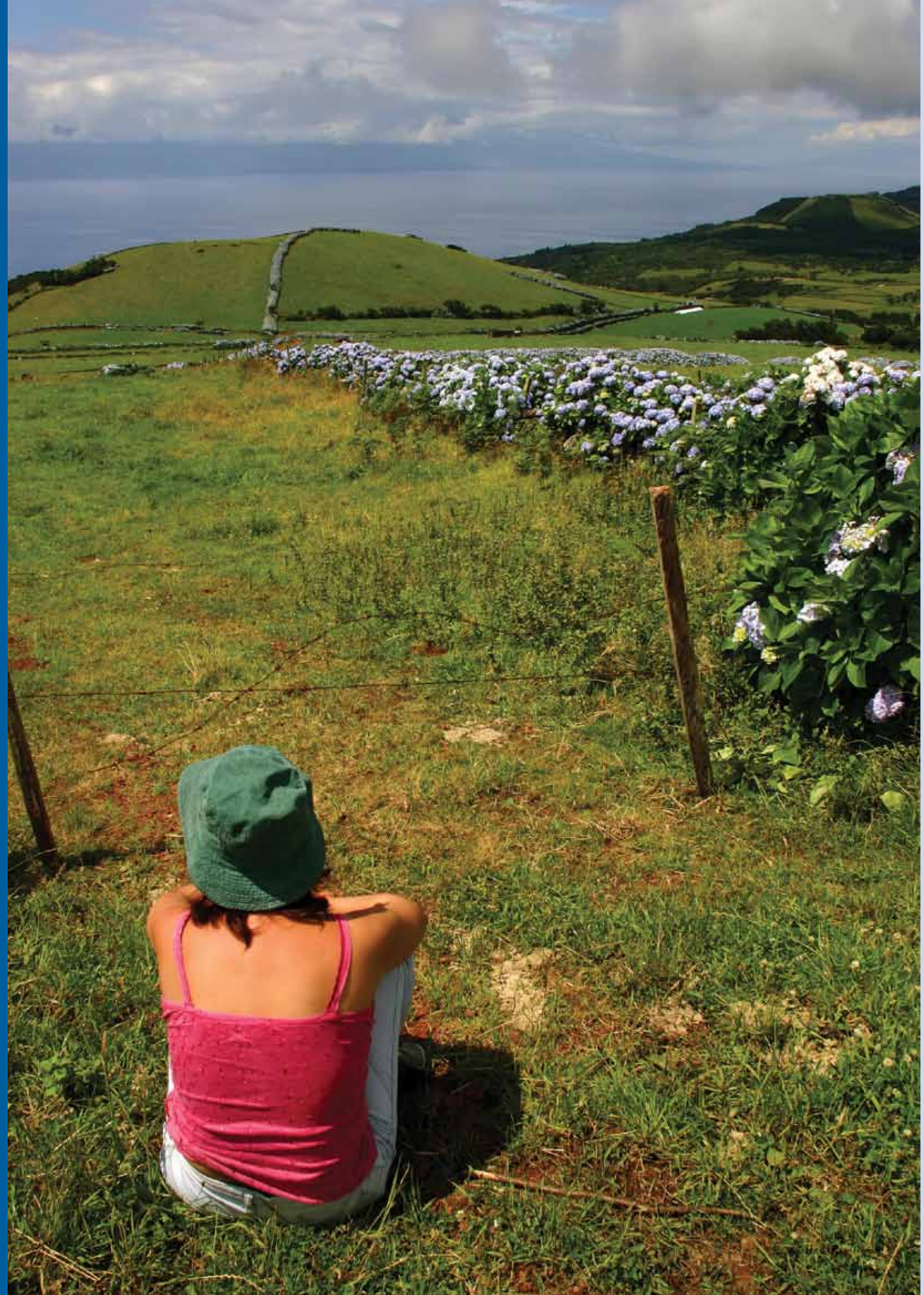
Associação de Turismo dos Açores

Júlio Marques

Turismo nos Açores. O desafio da competitividade. Miguel Cymbron 04

Reforma do SIDER 13

Think Tech. Tecnologia e Inovação 32



ficha técnica

diretor
Arnaldo Machado

editor
Paulo Carreiro

propriedade
Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

design e paginação
Bloco d - design e comunicação

impressão
Nova Gráfica, Ld.ª

tiragem
600 exemplares

contactos
Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade
Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3
9500-063 Ponta Delgada, Portugal
Tel: 296 309 100 | Fax: 296 288 491
draic@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

periodicidade
Semestral

índice

3 **nota de abertura**
Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

4 **opinião**

Turismo nos Açores
O desafio da competitividade

Rede Prestige Azores
O futuro começa com uma simples iniciativa

Grupo Barcelos
Inovar para continuar a crescer

12 **espaço GE**

Reforma do SIDER

PRO-SCIENTIA
Ao serviço da ciência e da ID&IT

Plano Estratégico para a Coesão dos Açores (PECA)

A exploração de massas minerais nos Açores

30 **notícias**

34 **estatísticas**

nota de abertura

Chegamos uma vez mais ao início de um novo ano e a €mpreender chega até vós não para fazer uma súmula de 2011, mas para apresentar propostas de reflexão e ação para o novo ano.

Neste número da nossa revista o Diretor Regional do Turismo, Miguel Cymbron, identifica, de forma pragmática, os atributos regionais que, incluídos em determinados produtos, são passíveis de serem valorizados na oferta turística, descrevendo ainda as características-tipo dos turistas que nos visitam.

No seu artigo, este dirigente descreve a evolução do setor na Região, nos últimos vinte anos e aproveita este ponto de partida para apresentar os principais desafios que se nos colocam e delinear algumas estratégias para os superarmos.

Miguel Cymbron afirma que as motivações de quem viaja alteraram-se, considerando que o "cliente é mais exigente e procura uma experiência completa, não circunscrita a um aspeto da viagem". Para estes turistas, que consideram a viagem no seu todo, existem aspetos críticos como a informação disponível sobre o destino, a reserva de todos os produtos associados à viagem, o transporte aéreo, o alojamento, a relação que estabelecem com a comunidade de acolhimento, mas também a restauração, a rent-a-car, os guias e os transportes terrestres (transferes e táxis).

Contamos ainda com a participação de Teresa Ferreira, coordenadora de desenvolvimento dos projetos dos Parques de Ciência e Tecnologia dos Açores e da Rede Prestige Azores. E é sobre esta última estrutura que nos traz algumas informações importantes.

A Rede Prestige Azores reúne açorianos que se tenham distinguido noutros países e territórios, ou pessoas com trabalho aprofundado desenvolvido a propósito da Região, envolvendo-os nos processos de tomada de decisão da administração regional.

Pretende-se com este projeto abrir e consolidar canais internacionais e especializados, que permitam o aconselhamento em matérias fundamentais no que concerne à posição dos Açores na sociedade do conhecimento e da inovação.

A autora descreve-nos ainda como podem as pessoas, empresas e outras entidades regionais aceder ao conhecimento gerado pela Rede ou aderir como parceiras.

Na entrevista do número 12 da €mpreender, Francisco Barcelos conta-nos como, em 1977, desistiu do emprego que tinha para se dedicar à gestão de um negócio agropecuário.

Desde então criou ou ajudou a criar várias empresas, sendo gestor de algumas, num percurso que lhe valeu, em 2010, o prémio "Melhor Gestor dos Açores" atribuído pelo Jornal Açoriano Oriental.

Esperamos que estes testemunhos, aliados à restante informação que incluímos nesta edição da €mpreender, contribuam para o desenvolvimento de estratégias vencedoras para as vossas empresas.

Bom ano e bons negócios.

Arnaldo Machado
Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

MIGUEL CYMBRON

Licenciado em Direção e Gestão de Operadores Turísticos, pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo, desempenhou, ao longo da sua carreira, vários cargos de chefia e direção em empresas de referência no sector do turismo e hotelaria, tais como Grupo Macrotur, Pousadas de Portugal, Bensaude Turismo, Grupo Blandy e Sonae Turismo. Atualmente exerce o cargo de Diretor Regional de Turismo, sendo igualmente Presidente da Assembleia-Geral da Sata Internacional, da Associação de Turismo dos Açores, da Associação de Formação Turística e Hoteleira e do Observatório de Turismo dos Açores.

Turismo nos Açores
O desafio da competitividade

O turismo, por definição, é uma forma de exportação com uma particularidade muito própria, que é o facto de o consumidor desfrutar do serviço no local da sua produção. Esta situação obriga à deslocação do consumidor, transformando-o num turista.

Os Açores competem no mercado internacional pela captação de consumidores propensos a adquirir uma experiência específica – a de permanecer na região alguns dias – seja por motivos de lazer, negócio ou por visita a familiares ou amigos.

A definição do seu set concorrencial vai ser condicionada pela oferta de uma proposta de valor semelhante, e/ou por questões de natureza geográfica, em termos de proximidade ou distância do local de origem.

Deste modo, para os Açores, o desafio é captar turistas, nacionais ou internacionais, que se localizem nos mercados com maior apetência para o destino e que apresentem uma elevada propensão para aquisição da proposta de valor açoriana.

Mas quais são os principais atributos que os Açores apresentam para a constituição dessa proposta de valor?
São inúmeros, começando pela natureza intacta, grande qualidade ambiental, paisagem deslumbrante e um clima ameno, que possibilitam o desenvolvimento de uma série de produtos turísticos, tais como passeios a pé, observação de cetáceos, mergulho, geoturismo, golfe, birdwatching, entre muitos outros. Constituem, ainda, contributos diferenciadores a segurança, a hospitalidade, as suas histórias e tradições, bem como o aproveitamento dos bens de elevada qualidade que se produzem nos Açores, para o desenvolvimento de experiências gastronómicas.

Mas qual o perfil do nosso visitante?
Segundo dados colhidos recentemente, apresentam um nível etário que se situa entre os 35 e 48 anos; na sua maioria, visitam uma ilha; o contacto com a natureza é relevante, levando-os a fazer touring e relaxamento. Outros procuram rever familiares e amigos. O património dos Açores é também motivo de atração turística, assim como diferentes atividades, que este arquipélago oferece e são apreciadas pelos nossos visitantes: a observação de cetáceos e os passeios a pé. Vêm maioritariamente em casal ou em família, alojando-se em empreendimentos turísticos, em casas de familiares ou em alojamento rural. De uma maneira geral, gostam de alugar carro para visitar os locais da ilha. Mais de 75% tem formação superior e os rendimentos médios do agregado familiar situam-se entre os 2.151€, para os de Portugal continental, e de 5.278€, para os da Dinamarca, rondando o seu gasto médio diário (com exceção do voo) os 94,08€, divididos por 123,94€ de clientes que adquiriram pacotes turísticos e 83,71€ que não o fizeram e permanecem na região 9,7 dias, em média. Este tipo de turista apresenta elevados níveis de satisfação global sobre a sua estada no destino, mostrando-se também bastante motivado para recomendar a visita a familiares e amigos. Porém, a intenção de regressar é baixa.

Entre 1996 e 2010, os Açores efetuaram um trabalho sem precedentes na captação de fluxos turísticos para a região, transformando o turismo numa prioridade regional, com números dignos de orgulho.

Pelo lado da procura, efetuou-se uma aposta na política de diversificação de mercados, ou seja, até 96, estávamos muito dependentes do mercado interno, que representava 71% das dormidas, tendo esta situação sido invertida com o incremento dos mercados externos, evitando-se, assim, a dependência de um único mercado e, mais do que isso, entrando noutro estádio de desenvolvimento.

Deste modo, em contraste com o aumento de 20%, entre 1988 a 1996, os Açores cresceram 124%, entre 1997 e 2004 sendo que, até 2007, os crescimentos situaram-se sempre na ordem dos dois dígitos, atingindo o valor de 148%, entre 1997 e 2010.

Mas quais os desafios que se apresentam para os Açores, no futuro?
Temos consciência de que os padrões de consumo se modificaram, que as motivações de viagens também se alteraram, que o cliente é mais exigente e procura uma experiência completa, não circunscrita a um aspeto da viagem. Considera a viagem como um todo, onde há vários pontos que são os fatores críticos para o sucesso da mesma, nomeadamente a informação que consegue obter sobre o destino, a reserva do pacote, o transporte aéreo (onde a tendência se dirige para a preocupação com o preço), o alojamento (que deverá oferecer uma boa relação qualidade/preço), a relação entre o turista e a comunidade de acolhimento, tanto ao nível dos serviços prestados pelos diferentes suppliers, como também por toda a comunidade local e, ainda, os restantes serviços complementares que saem fora do pacote base, tais como a restauração, a rent-a-car, os guias e transferistas e táxis (que têm a importante tarefa de serem o primeiro contacto no destino e, por isso, o mais importante).

Então, quais os desafios que se apresentam aos Açores, no sentido de captar mais turistas e fidelizar os que nos visitam?
Continuar o trabalho de melhoramento da notoriedade do destino, através de campanhas internacionais, nos mercados prioritários, com especial registo para o Inverno de 2011/12, onde os Açores terão a maior campanha de marketing alguma vez lançada pela região, com um investimento superior a 7,4 milhões de euros, focalizados, primordialmente, nos seus produtos âncora.

Promover a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento turístico dos Açores, através dos diversos reconhecimentos internacionais que a região tem obtido ao longo dos últimos anos, tais como: "Segundas Melhores Ilhas para o Turismo Sustentável" – National Geographic Traveller, "Um dos Melhores Destinos Mundiais para a Observação Cetáceos" - Sunday Telegraph, Prémio Quality Coast – Coastal & Marine Union – Comissão Europeia, "Um dos 8 Trilhos Únicos no Mundo (Percurso Pedestre das Vinhas da Criação Velha, na ilha do Pico) – BootsnALL, Furnas "Uma das 5 Zonas Vulcânicas Mais Apelativas do Mundo" – World Travel Guide, Pico "Uma das 5 Melhores Ilhas Secretas do Mundo" – BBC Travel, Parques Naturais do Faial/ Pico vencedores do Programa EDEN – European Destination of Excelence, entre muitos outros.

Entre 1996 e 2010, os Açores efetuaram um trabalho sem precedentes na captação de fluxos turísticos para a região, transformando o turismo numa prioridade regional, com números dignos de orgulho.

Adaptar a oferta hoteleira às novas tendências de mercado, através de políticas de qualificação e melhoria dos empreendimentos turísticos, a par da captação de investimento altamente qualificado para o desenvolvimento de projetos temáticos ou de charme;

Apostar na comercialização dos Açores, nos mercados internacionais, através de pacotes turísticos, generalistas ou temáticos, os quais tragam maior valor acrescentado ao destino, bem como diversificar a oferta, através do desenvolvimento de novas atividades que explorem nichos de elevado potencial;

Atenuar a sazonalidade, através da captação de eventos de grande dimensão e desenvolvimento de produtos que não estejam demasiadamente dependentes das condições climatéricas, tais como congressos, reuniões e incentivos (MI), saúde & bem-estar, geoturismo, golfe e passeios a pé (especialmente em áreas que garantam a segurança dos utilizadores);

Apostar na afirmação da gastronomia regional, tanto na vertente de inovação, como de recuperação da componente tradicional, sempre com uma orientação clara para o melhoramento do serviço prestado, trabalho que tem sido meritoriamente desenvolvido pelas Escolas de Formação e pela associação do sector;

Investir fortemente nos mercados tradicionais, mas não descurar o estudo do aproveitamento de oportunidades em novos mercados emergentes que, pela sua localização, características climáticas (mercados frios), dimensão populacional, perspetivas de crescimento económico e nível cultural, poderão ser atraídos pela proposta de valor do turismo dos Açores;

Em resumo, na conjuntura atual, os Açores terão de trabalhar para se diferenciarem cada vez mais por outros fatores e não apenas pelo preço, aproveitando o seu hardware – características naturais únicas e acrescentando software de elevada qualidade – serviço e experiências.

TERESA FERREIRA

Coordenadora de desenvolvimento dos projetos dos Parques de Ciência e Tecnologia da Região Autónoma dos Açores e da Rede Prestige Azores, é licenciada em Filosofia e pós graduada em Ciências Económicas e Empresariais com especialização em Marketing.

Rede Prestige Azores

O futuro começa com uma simples iniciativa (Albert Einstein)

A necessidade de obtenção de novos e melhores resultados, de soluções que aperfeiçoem o estado das coisas e da superação das cristalizações provocadas pela burocracia está na base da iniciativa Rede Prestige, lançada em 2011 pelo Governo Regional dos Açores.

A rede Prestige Açores constitui uma prova de que os processos de inovação não têm fronteiras e que podem inclusive ser implementados em sectores mais próximos de um posicionamento tradicional e pouco inovador como são os serviços da Administração Pública Regional.

Inovar tem sido apresentado quase como uma exigência, uma palavra de ordem proferida por especialistas em vários espaços de debate público. No entanto, a inovação exige transformação, exige repensar estratégias e metodologias.

A Rede Prestige Azores é disso exemplo, enquanto projeto regional pioneiro de um novo paradigma, um paradigma de trabalho assente na utilização da tecnologia, das comunicações, numa rede concebida como instrumento virtual de comunicação e trabalho, de reflexão e desenvolvimento científico, num esforço conjunto em torno de problemas atuais do arquipélago.

Trata-se de um projeto estratégico para dar resposta a áreas igualmente estratégicas.

Tendo por base a consciência da necessidade da criação de valor público, de incrementos fundamentados na eficiência operacional, perseguimos a conquista da máxima produtividade e da máxima eficiência local, alavancada em premissas de trabalho cooperativo a partir do olhar circunstanciado de especialistas ligados aos Açores.

Estruturação e Objetivos

A Rede Prestige Azores (RPA) é um projeto que visa aproximar da Região Autónoma dos Açores açorianos que se tenham distinguido noutros países e territórios, ou pessoas com trabalho aprofundado desenvolvido a propósito dos Açores, envolvendo-os nos processos de tomada de decisão da administração regional e dos seus serviços.

Este projeto tem como objetivo principal a criação e o aprofundamento de canais de aconselhamento internacional especializado em campos cruciais para a ascensão dos Açores à sociedade do conhecimento e da inovação.

Visa igualmente reconhecer e prestigiar a excelência do trabalho académico, científico, empresarial e outros, desenvolvido pelos membros da rede e, assim, dar conhecimento público destas pessoas e das suas conquistas e, finalmente, trazer aos Açores um pouco do seu conhecimento e interesse, permitindo-lhes contribuir para o desenvolvimento sustentado da Região.

O funcionamento da plataforma Prestige tem por base células operacionais (Entidades) constituídas por todos os serviços e departamentos da administração regional. Estas unidades de serviço são convocadas a participar, sugerindo figuras de referência a convidar ou questões na sua área que entendam poder beneficiar de uma análise por parte dos elementos da Rede Prestige.

Estas entidades na Rede Prestige criam e dinamizam grupos de trabalho, dedicados a temáticas do seu interesse, relacionadas com a sua área de atividade. Articulam com a Coordenação Central o lançamento das suas questões e iniciativas, assegurando a sua calendarização. Criam ainda, notícias no *site* do projeto acerca do seu fluxo de trabalho, de forma a promover a sua divulgação pública.

Os conselheiros participam na Rede Prestige graciosamente, na perspetiva e consciência de contribuírem para o processo de desenvolvimento das suas ilhas. Eles respondem às questões colocadas, cumprindo a função de Conselheiros para as quais foram convidados, de acordo com a sua disponibilidade. Devem dar nota das suas conquistas profissionais e académicas, permitindo que sejam divulgadas pelo projeto.

A Rede Prestige tem uma equipa de Coordenação Geral, da responsabilidade da Entidade que lhe dá origem, a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, a quem cabe a gestão de desenvolvimento, a gestão técnica e a gestão estratégica do projeto, entendido como uma ferramenta comunicacional especializada. Cada Entidade, por sua vez, é também administradora do seu fluxo específico de trabalho e reflexão.

Como participam os cidadãos na rede Prestige?

Todas as pessoas podem acompanhar o trabalho desenvolvido, visitando o *site* nas suas várias áreas. Os utilizadores podem fazer sugestões e podem subscrever a Newsletter do Projeto Prestige, a qual difundirá através de correio eletrónico, regularmente, informação diversa sobre os membros da rede, as suas conquistas profissionais e o trabalho desenvolvido. Os utilizadores poderão ainda participar nos eventos públicos a realizar pelo Governo Regional nas várias ilhas.

Os utilizadores podem ainda colocar questões, perguntas e problemas, ou fornecer indicações que considerem relevantes nas áreas de atividade em causa.

As sugestões enviadas são adequadamente registadas, sinalizadas quanto à sua receção e encaminhadas para as áreas a que dizem respeito. Serão cuidadosamente recebidas e podem dar origem a novas questões e problemas. Como?

1. O interessado envia, via correio eletrónico, um texto sucinto com o enquadramento do problema para o qual necessita de orientação /aconselhamento;

2. A questão é analisada sob o ponto de vista do seu interesse público geral e enquanto problemática a ser lançada na rede;

3. Se for considerada pertinente a questão é agendada e associada a um grupo temático tendo em conta a área em que se enquadra. Existe um limite de questões anuais por grupo temático;

4. Os conselheiros respondem à questão que foi colocada;

5. É dado conhecimento da resposta ao interessado.

A rede possui visibilidade pública, na medida em que os seus desígnios, os membros que a integram, os grupos de trabalho estabelecidos, as questões colocadas e os relatórios posteriormente produzidos são acessíveis através do *site* do projeto. Para além disso, a Rede Prestige produz uma newsletter através da qual, mediante subscrição, é possível acompanhar os desenvolvimentos na rede.

A rede Prestige Açores constitui uma prova de que os processos de inovação não têm fronteiras e que podem inclusive ser implementados em vários sectores.

Que valor acrescentado pode representar a Rede Prestige para as empresas açorianas?
As empresas podem, em especial, beneficiar deste canal de aconselhamento privilegiado. Poderão contactar pessoalmente a Coordenadora do Projeto, Teresa Dolores Ferreira, na Rua Conselheiro Dr. Luis Bettencourt nº16, em Ponta Delgada, ou por correio eletrónico para redeprestigeazores@azores.gov.pt, e apresentar as questões para as quais necessitem de ajuda e de aconselhamento especializado.

As questões colocadas são encaminhadas internamente e serão envidados esforços quer junto dos conselheiros quer junto das entidades que integram a Rede Prestige, no sentido de lhes conferir o adequado acolhimento, conferindo-lhes assim utilidade direta.

Ressalva-se entretanto que estas questões serão analisadas quanto à sua amplitude, ou seja, têm de ser de interesse geral.

Esta possibilidade traduz-se na existência de mais um canal de consultoria especializada à disposição das nossas empresas.

Releva-se ainda que o conjunto de informações, tendências, perspetivas e preocupações presentes nos vários fóruns de reflexão da rede, consubstanciam ainda um substrato do maior interesse em termos das reflexões internas que as empresas desenvolvem ao nível das suas definições operacionais, ou das redefinições que entendam relevantes relativamente aos seus horizontes estratégicos e áreas de atuação, fator tanto mais relevante se a sua opção for no sentido da internacionalização, ou da procura e negociação de parcerias internacionais.

Não sendo de forma alguma um canal de venda direta de produtos ou serviços, a rede Prestige pode, ainda assim, revelar-se de interesse significativo relativamente à auscultação de tendências e movimentações empresariais, de soluções inovadoras, capazes de serem transformadas em novos modelos de negócio, permitindo perspetivar novos produtos e serviços, fortemente alavancados na sociedade do conhecimento e da informação.

A própria colocação de perguntas pode suscitar interesse internacional e resultar em novas questões no estabelecimento de dinâmicas de interligação que se podem revelar vantajosas aos mais diversos níveis, proporcionando horizontes e perspetivas estratégicas às empresas e entidades da Região, com destaque também para a comunidade científica, naturalmente, bem como aos seus congéneres internacionais.

Num primeiro momento, o qual deriva da sua própria estruturação, a rede Prestige está focada em encontrar soluções para problemas e questões do foro da administração pública, dos seus sistemas, limites, condicionantes e formas de atuação.

Mas nada impede, na medida em que se faça sentir esse interesse e necessidade, por parte das nossas empresas, que venha a ser criado um fórum específico, dedicado ao empreendedorismo, à globalização, à atuação empresarial e comercial num horizonte alargado, internacional e global, procurando aprofundar perspetivas e soluções relativamente aos problemas e carências que daí decorrem.

Correspondendo a globalização e as questões económicas a duas das mais fundamentais matrizes estruturantes dos problemas do nosso tempo, não faria qualquer sentido ignorar essa dimensão na estruturação deste projeto. Por isso esta possibilidade foi acautelada e será acarinhada quando vier a ser suscitada.

Uma rede de parceiros para uma parceria Prestige
Podem aderir a estas parcerias empresas ou entidades que possam colaborar, disponibilizando recursos no âmbito da dinamização da plataforma da Rede Prestige; na organização ou apoio de eventos relacionados com a Rede ou na logística associada às deslocações dos Conselheiros ao arquipélago dos Açores tais como unidades hoteleiras, rent a car, restauração, entre outras. Todos os produtos ou serviços propostos serão utilizados apenas para a finalidade proposta, o desenvolvimento e o apoio da Rede Prestige Azores e das suas iniciativas e eventos. Reservando o Governo Regional dos Açores, no âmbito das Suas competências, a seleção dos candidatos. Estas diversas parcerias, visam estreitar laços com entidades interessadas neste projeto, numa perspetiva local, nacional e internacional.

Rede Prestige Azores

SRCTE
SECRETARIA REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS

FRANCISCO BARCELOS

Proprietário e gerente da Exploração Francisco Helvídio Barcelos; sócio-Gerente da empresa Quinta dos Açores – Comércio e Industrialização de Produtos Lácteos, Lda; gestor da empresa Maria José Barcelos; sócio fundador da empresa Terceirense de Rações – Sociedade Produtora de Rações S.A; sócio fundador da empresa Açoraves – Produção, Comercialização e Abate de Aves, S.A e sócio fundador e administrador da empresa Açorcarnes, Lda.

Grupo Barcelos Inovar para continuar a crescer

Oriundo de uma família com um histórico já empreendedor, Francisco Barcelos, nascido em 1953, na freguesia de São Bartolomeu de Regatos, uma freguesia rural da ilha Terceira, é filho de António e Olívia Barcelos, donos de uma pequena mercearia e de um botequim.

Iniciou a sua vida profissional como funcionário público na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e em 1976 foi convidado para gerir uma indústria de carnes e exportação para o continente português. Nessa altura pediu licença sem vencimento por um ano e foi experimentar a sua sorte. Uma experiência que não correu mal pois, em Abril de 1977, decidiu pedir a demissão do cargo que ocupava na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para se dedicar à lavoura.

Começou com um terreno de renda e 25 cabeças de gado e depressa decidiu aumentar a lavoura numa perspetiva de crescimento e de rentabilização. Desde então este tem sido o lema deste empresário, fundador do Grupo Barcelos, que, em entrevista à revista €mpreender, considera ter sido "um grande dinamizador na área Agropecuária, na renovação de pastagens e principalmente no melhoramento genético".

Definindo-se como uma pessoa empreendedora que ao longo da sua vida nunca baixou os braços perante novos desafios, Francisco Barcelos descreve o seu percurso no mundo dos negócios começando por referir que foi importador de genética para os Açores e simultaneamente iniciou uma atividade de exportação de animais vivos para o continente. Com a evolução da última atividade, decidiu dedicar-se à exportação dos animais em carcaça, o que originou o nascimento da Açorcarnes. Atualmente é o proprietário e gerente da Exploração Francisco Helvídio Barcelos, com 150 vacas leiteiras; sócio gerente da empresa Quinta dos Açores – Comércio e Industrialização de Produtos Lácteos, Lda; gestor da empresa Maria José Barcelos (empresa importadora de animais de elevado potencial genético e comércio por grosso de animais vivos e engorda); sócio fundador e acionista da empresa Terceirense de Rações – Sociedade Produtora de Rações S.A; sócio fundador e acionista da empresa Açoraves – Produção, Comercialização e Abate de Aves, S.A e sócio fundador e administrador da empresa Açorcarnes, Lda, uma empresa dedicada à desmancha e comercialização de carnes e à indústria e comercialização de produtos lácteos. Um percurso que lhe valeu, em 2010, o prémio "Melhor Gestor dos Açores" atribuído pelo Jornal Açoriano Oriental.

Francisco Barcelos traça, ainda, a trajetória da Açorcarnes que começou, em 1997, por se dedicar à exportação de peças desmanchadas para o continente português e evoluiu, ao longo destes 14 anos para o que é agora o seu *core business*: a desmancha, a transformação e o comércio de carne bovino.

Para além do mercado nacional, a empresa tem exportado para diversos mercados, nomeadamente Espanha e PALOP.

Foi a empresa pioneira no comércio e promoção da "Carne dos Açores - Indicação Geográfica Protegida", garantindo a diferenciação e notoriedade

deste produto de excelência no comércio tradicional de qualidade, no canal HORECA e em lojas selecionadas da grande distribuição. É atualmente a única empresa a comercializar e promover a carne certificada dos Açores no mercado continental.

A atividade da Açorcarnes abrange todas as ilhas dos Açores, assente em parcerias com associações e cooperativas de produtores. Nos últimos dois anos foi responsável pelo abate e comercialização de cerca de 16.000 carcaças/ano, de todas as ilhas. Desenvolve a sua atividade de desossa e embalamento de carne a vácuo, na sala de desmancha do Matadouro da Ilha do Pico e na sala de desmancha em Angra do Heroísmo, em instalações próprias.

Foi premiada pelo jornal Açoriano Oriental na iniciativa "100 Maiores Empresas Açorianas 2008" como 4ª Melhor Empresa dos Açores, prémio atribuído sobre a atividade de 2008 e pela Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, em 2009, com o prémio "Empresa Empreendedora", como reconhecimento da inovação, capacidade de renovação e pioneirismo empresarial.

Atualmente com uma equipa jovem e dinâmica, com cerca de 40 elementos, devidamente formados e especializados, o Grupo Barcelos não abandona o seu lema inicial: crescer e rentabilizar. A prova está na recente aposta em duas unidades industriais em Angra do Heroísmo, com um investimento superior a 8 milhões de euros. Um projeto que visa a integração de várias vertentes, nomeadamente agroindustrial, comercial, turística e pedagógica alargando, desta forma, o portfólio de negócios deste Grupo para uma nova área de atuação, a indústria de laticínios, onde pretende desenvolver produtos inovadores e de valor acrescentado.

À conquista de novos mercados

Questionado sobre os desafios que ao longo dos anos foram sendo ultrapassados, Francisco Barcelos refere que um dos principais aconteceu logo quando a empresa abriu as portas com a falta de homologação das estruturas de abate na Região.

A sazonalidade da produção de carne nos Açores, a falta de organização do setor, a insularidade e, em 1998, o desencadeamento do problema das vacas loucas que se repercutiu por mais alguns anos, diminuindo muito as vendas de carne bovina, foram outros dos desafios que colocaram alguns obstáculos no caminho da empresa.

Atualmente, apesar do setor das carnes estar muito mais organizado, em parte por um trabalho de parceria que a Açorcarnes tem desenvolvido, junto das associações locais, Francisco Barcelos diz sentir que é ainda necessário diminuir o carácter de sazonalidade da produção de carne e tornar o produto açoriano mais homogéneo.

"O custo de insularidade é agravado pela dificuldade de ligações entre ilhas e pela dificuldade de colocar produtos diretamente das ilhas para outros mercados, sobretudo quando se trata de produtos frescos com prazos de validade curtos" – refere.

O Grupo Barcelos nos últimos anos diversificou a sua atividade para novas áreas, nomeadamente no que diz respeito à área da indústria/transformação, sendo que o *know-how* que trazia era na área da produção animal. Este trabalho, segundo comenta Francisco Barcelos tem sido uma constante aprendizagem, todos os dias com novos desafios, levando a empresa a evoluir e a apoiar-se em meios e pessoas que permitem levar o projeto avante. "Hoje, não é fácil, mas tenho esperança que o amanhã seja mais tranquilo".

A Açorcarnes até à atualidade tem focado o seu trabalho na exportação para o mercado nacional e internacional, mercado este que representou em 2010 95% das vendas da empresa. Ao contrário de muitas outras empresas, este grupo optou por começar de fora para dentro, ou seja, apenas agora com as novas instalações, com a elaboração de novos produtos tais como as carnes em ATM, o Skin, os transformados e preparados da carne, os produtos lácteos, possuem capacidade para trazer produtos com enormes mais-valias para o consumidor açoriano que vão permitir trabalhar o mercado Açores com outra dimensão. Para Francisco Barcelos existe ao nível regional um mercado enorme a explorar porque o consumidor açoriano prefere os seus produtos, "desde que os mesmos sejam competitivos, inovadores e com qualidade".

Ao nível internacional, a empresa acredita que irá ganhar uma importante quota de mercado, principalmente pela dinamização de alguns produtos tais como os preparados ultracongelados, queijos curados e gelados.

Numa reflexão sobre a evolução da economia nos Açores e na ilha Terceira, em particular, Francisco Barcelos salientou que a realidade dos Açores de hoje nada tem a ver com os Açores de há 20 anos atrás. Esta diferença, na sua opinião, não se nota apenas ao nível do arquipélago, mas também ao nível global: "os tempos são outros, assim como as exigências de mercado. Criaram-se diferentes intercâmbios e conhecimentos que em muito ajudaram a desenvolver os Açores. As empresas contam cada vez mais com uma proximidade aos principais decisores, que permite dividir conhecimentos, partilhar dificuldades, mas sobretudo desenvolver uma estratégia mútua, partilhada, que permita a evolução dos Açores, das empresas, dos nossos produtos de uma forma sólida e coerente. Tem havido um grande trabalho desenvolvido neste sentido, nomeadamente com projetos de inovação e empreendedorismo, campanhas de divulgação dos Açores e da marca Açores que têm incentivado muito o crescimento dos Açores e o próprio investimento privado".

o Grupo Barcelos não abandona o seu lema inicial: crescer e rentabilizar. A prova está na recente aposta em duas unidades industriais em Angra do Heroísmo, com um investimento superior a 8 milhões de euros. Um projeto que visa a integração de várias vertentes, nomeadamente agroindustrial, comercial, turística e pedagógica alargando, desta forma, o portfólio de negócios deste Grupo para uma nova área de atuação

Inovar é a atitude que as empresas devem ter perante a atual situação de crise nos mercados. Para Francisco Barcelos a solução está em criar diferenciação, valor acrescentado, produtos de qualidade e competitivos com uma enorme capacidade de fidelização.

Exemplo disso é a marca "Quinta dos Açores" do Grupo Barcelos que assenta em importantes valores tais como: inovação, rigor, qualidade, tradição e origem.

"O importante é não parar, nem cruzar os braços, estar sempre à frente do acontecimento", salientou chamando a atenção para o facto do Governo Regional prestar um importantíssimo apoio ao nível do investimento privado, nomeadamente com a criação de sistemas de incentivos ao investimento, "sem os quais, acredito que grande parte das empresas não teria investido tanto nos Açores, dadas as dificuldades dos tempos que se vivem e o nosso custo de insularidade".

"É um facto, que é necessário haver empresas e empresários empreendedores que coloquem projetos novos para rentabilizar e dar movimento a estes incentivos, mas nada disso seria possível se o Governo Regional, não acreditasse, apoiasse e incentivasse estes nossos projetos" – concluiu.

GABINETE DO EMPREENDEDOR

Espaço GE

No Espaço Gabinete do Empreendedor encontrará artigos relevantes para empreendedores e empresas, com informações que poderão fazer a diferença, seja na hora de entrar no mundo dos negócios, seja no dia-a-dia da gestão da sua empresa.

Gostaria de ver desenvolvido nesta secção algum assunto relevante? Envie-nos um e-mail para draic@azores.gov.pt

A rede de Gabinetes do Empreendedor é constituída por oito gabinetes que proporcionam um atendimento personalizado e especializado a empresas e empreendedores. Consulte o Gabinete do Empreendedor mais próximo de si para esclarecer dúvidas ou obter informação sobre questões inseridas no ciclo de vida da empresa.

GE São Miguel
Praça Gonçalo Velho Cabral, 3
9500-063 Ponta Delgada
Tel: 296 309 774/296 309 100
Fax: 296 281 088
e-mail: ge.saomiguel@azores.gov.pt

GE Santa Maria
Rua Dr. Luís Bettencourt, 92
9580-529 Vila do Porto, Apt. 109
Tel: 296 883 180
Fax: 296 883 181
e-mail: ge.santamaria@azores.gov.pt

GE Faial
Rua Ernesto Rebelo, nº 14
9900-112 Horta
Tel: 292 200 533/292 200 500
Fax: 292 200 533
e-mail: ge.faial@azores.gov.pt

GE Pico
Rua Capitão-Mor Garcia
Gonçalves Madruga, 21
9930-129 Lajes do Pico
Tel: 292679841
Fax: 292679844
e-mail: ge.pico@azores.gov.pt

GE Terceira
Rua Direita, 76
9700-066 Angra do Heroísmo
Tel/Fax: 295 216 054
e-mail: ge.terceira@azores.gov.pt

GE Graciosa
Rua do Castilho, 9
9880-355 Santa Cruz
da Graciosa
Tel: 295 712 711
Fax: 295 732 446
e-mail: ge.graciosa@azores.gov.pt

GE São Jorge
Rua da Gruta, s/n
9800-533 Velas de
São Jorge
Tel/Fax: 295 432 048
e-mail: ge.saojorge@azores.gov.pt

GE Flores
Rua Dr. Armas da Silveira, 1-B
9970-331 Santa Cruz
das Flores
Tel/Fax: 292 592 846
e-mail: ge.flores@azores.gov.pt

Reforma do SIDER

Na sequência de um compromisso com o sector empresarial e as suas entidades mais representativas, o Governo dos Açores determinou proceder a uma avaliação intercalar dos sistemas de incentivos para poder verificar o cumprimento dos seus objetivos, bem como as respostas que os mesmos têm dado às necessidades dos empresários regionais.

O resultado dessa avaliação foi, por sua vez, submetido à apreciação dos parceiros sociais num abrangente processo de concertação e diálogo entre o Governo dos Açores e os empresários regionais, tendo como prioridades reforçar a competitividade das empresas regionais e potenciar a sua capacidade para gerar emprego.

Além destes dois objetivos o Governo dos Açores pretendeu conformar este incentivo ao investimento privado à atual conjuntura, nomeadamente através de uma reorientação para áreas consideradas estratégicas, como é o caso de fomentar indústrias de base económica de exportação e de reordenar ou de reformar procedimentos que justificavam melhorias, caso do urbanismo comercial.

Foram reforçadas as taxas de comparticipação nos seus diversos subsistemas, em especial nos destinados aos sectores da qualidade e inovação, da captação de fluxos turísticos para a Região e de majorações para as empresas com capacidade exportadora.

De salientar, igualmente, a criação de um novo escalão intermédio, transversal a todo o SIDER, destinado às candidaturas oriundas das ilhas do Pico e do Faial, que contempla taxas que irão sofrer majorações que podem ir dos 5% aos 20%, consoante o subsistema de incentivos em causa.

Estas mudanças foram realizadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011/A, de 4 de novembro.

Principais alterações

As mudanças mais significativas prendem-se com o âmbito, a natureza e o montante de incentivo dos vários subsistemas, existindo ainda alterações importantes ao contrato de concessão de incentivos e à forma como os subsídios são pagos às empresas.

Desenvolvimento Local

São suscetíveis de apoio, no âmbito do Desenvolvimento Local:

a) Projetos vocacionados essencialmente para a satisfação do mercado local com investimentos iguais ou superiores a €15 000 nas seguintes áreas, classificadas de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE – Rev. 3), revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro:

I) Indústria – divisões 05 a 33 da CAE;

II) Construção – divisões 41 a 43 da CAE, com exceção do grupo 411;

III) Comércio – divisões 45 a 47 da CAE, com exceção da classe 4773;

IV) Restauração e similares – atividades incluídas na divisão 56;

V) Serviços – divisões 37, 38, 39, 62, 71, 72, 78, 79, 82, 88 e 95, grupos 582, 592, 631, 812, 813 e 851, classes 5911, 5912, 9313, 9601, 9602 e 9604 e na subclasse 52102 da CAE;

b) Projetos com investimentos iguais ou superiores a €15 000 e iguais ou inferiores a €80 000, destinados à promoção da segurança e qualidade alimentar dos estabelecimentos do comércio e indústria do ramo alimentar e de restauração e bebidas, existentes há mais de três anos;

c) Projetos de urbanismo comercial, com despesas iguais ou superiores a €15 000, que visem a qualificação do espaço público envolvente ao comércio, em áreas delimitadas dos centros urbanos das vilas e cidades, incluindo a modernização das fachadas dos estabelecimentos comerciais que confrontem com o espaço público, desde que os mesmos se encontrem previamente aprovados pela Câmara Municipal competente.

Natureza e montante do incentivo

O incentivo a conceder às despesas elegíveis para os projetos a que se refere a alínea a) acima reveste a forma de subsídio não reembolsável e reembolsável sem juros, de acordo com os seguintes escalões de investimento:

a) Até €200 000, subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 40% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 45% para as ilhas de Faial e Pico e 50% para as restantes ilhas;

b) Superior a €200 000 e inferior ou igual a €500 000, subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 20% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 25% para as ilhas de Faial e Pico e 30% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável, com uma taxa de comparticipação de 25 %;

c) Superior a €500 000, subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 15%, para as ilhas de São Miguel e Terceira, 20% para as ilhas de Faial e Pico e 25% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável, com uma taxa de comparticipação de 25%.

Às taxas de incentivo não reembolsável referidas podem ser acrescidas majorações, a definir na regulamentação deste subsistema, relativas à certificação da qualidade, eficiência energética, mais-valia ambiental, criação de emprego com habilitação adequada, localização do projeto, transformação e valorização de recursos endógenos, incremento da capacidade exportadora e, no caso dos projetos que se desenvolvam nas áreas de atividade inseridas nas divisões 56 e 79 da CAE, desde que reconhecidos de interesse para o turismo.

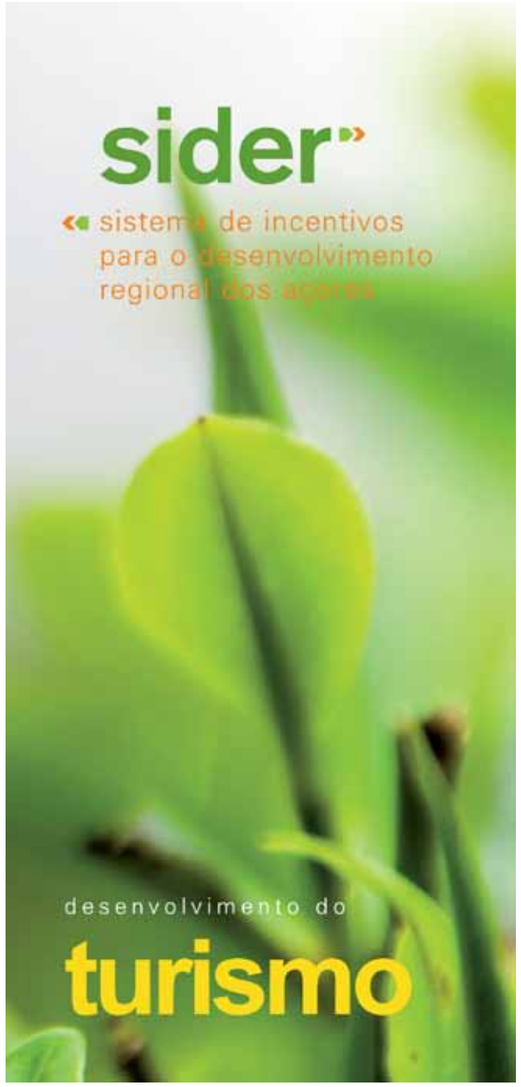
O prazo de financiamento do incentivo reembolsável é de 10 anos, dos quais os 3 primeiros são de carência de capital, contados a partir da data do primeiro pagamento do incentivo, sendo de 12 anos, dos quais os 4 primeiros são de carência de capital, para projetos com despesas elegíveis iguais ou superiores a €4 000 000.

O incentivo a conceder às despesas elegíveis para os projetos referidos na alínea b) reveste a forma de subsídio não reembolsável, com uma taxa de comparticipação de 50% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 55% para as ilhas de Faial e Pico e de 60% para as restantes ilhas.

O incentivo a conceder às despesas elegíveis para os projetos da alínea c) reveste a forma de subsídio não reembolsável, sendo a taxa de comparticipação de 55% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 60% para as ilhas de Faial e Pico e 65% para as restantes ilhas.

O valor máximo do apoio a conceder é de €2 000 000, sob a forma de subsídio não reembolsável, e €2 000 000, sob a forma de subsídio reembolsável, por projeto.

Desenvolvimento do Turismo



São suscetíveis de apoio, no âmbito do Desenvolvimento do Turismo:

a) Projetos com investimento igual ou superior a €15 000, que se desenvolvam nas seguintes áreas, classificadas de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE – Rev. 3), revista pelo Decreto -Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro:

i) Alojamento – divisão 55 da CAE;

ii) Aluguer de veículos automóveis – classe 7711 da CAE;

iii) Atividades Termais – subclasse 86905 da CAE;

iv) Animação turística – atividades incluídas no Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, desde que sejam reconhecidas de interesse para o desenvolvimento e consolidação da oferta turística regional pela direção regional com competência em matéria de turismo;

b) Projetos com despesas iguais ou superiores a €5 000 que visem a realização de ações e eventos de animação e promoção turísticas cujo interesse seja previamente reconhecido pela direção regional com competência em matéria de turismo.

Natureza e montante do incentivo

O incentivo a conceder às despesas elegíveis para os projetos referidos na alínea a) reveste a forma de subsídio não reembolsável e reembolsável sem juros, de acordo com os seguintes escalões de investimento:

a) Até €200 000:

i) Subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 40% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 45% para as ilhas de Faial e Pico e 50% para as restantes ilhas, para os projetos a que se referem as subalíneas i) e ii);

ii) Subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 50% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 55% para as ilhas de Faial e Pico e 60% para as restantes ilhas, para os projetos a que se referem as subalíneas iii) e iv);

b) Superior a €200 000 e inferior ou igual a €500 000:

i) Subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 25% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 30% para as ilhas de Faial e Pico e 35% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável, com uma taxa de comparticipação de 25% para os projetos a que se referem as subalíneas i) e ii);

ii) Subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 35% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 40% para as ilhas de Faial e Pico e 45% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável, com uma taxa de comparticipação de 25% para os projetos a que se referem as subalíneas iii) e iv);

c) Superior a €500 000:

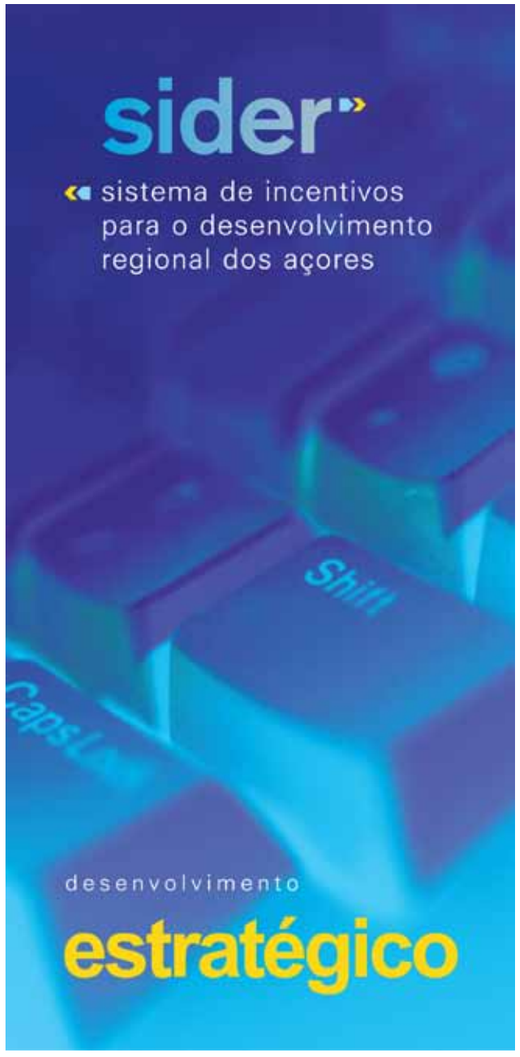
i) Subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 20% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 25% para as ilhas de Faial e Pico e 30% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável, com uma taxa de comparticipação de 25 % para os projetos a que se referem as subalíneas i) e ii).

Norberto Diver

ii) Subsídio não reembolsável, com uma taxa base de 30% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 35% para as ilhas de Faial e Pico e 40% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável, com uma taxa de comparticipação de 25 % para os projetos a que se referem as subalíneas iii) e iv).

Às taxas de incentivo não reembolsável referidas podem ser acrescidas majorações, a definir na regulamentação deste subsistema, relativas à certificação da qualidade, eficiência energética, mais-valia ambiental, criação de emprego com habilitação adequada e classificação do empreendimento turístico.

O prazo de financiamento do incentivo reembolsável é de 10 anos, dos quais os 3 primeiros são de carência de capital, contados a partir da data do primeiro pagamento do incentivo, sendo de 12 anos, dos quais os 4 primeiros são de carência de capital, para projetos com despesas elegíveis iguais ou superiores a €4 000 000.



O incentivo a conceder às despesas elegíveis para os projetos referidos na alínea b) reveste a forma de subsídio não reembolsável, a atribuir ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro (auxílios *de minimis*), com uma taxa de 50% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 55% para as ilhas de Faial e Pico e 60% para as restantes ilhas.

O valor máximo do apoio a conceder é de €3 500 000, sob a forma de subsídio não reembolsável, e €3 500 000, sob a forma de subsídio reembolsável, por projeto, à exceção dos projetos referidos na alínea b).

Desenvolvimento Estratégico

São suscetíveis de apoio, no âmbito do Desenvolvimento Estratégico, os projetos de investimento que assumam um carácter estratégico para o desenvolvimento económico e social, que se integrem num dos seguintes tipos:

a) Indústrias de base económica de exportação;

b) Campos de golfe;

c) Empreendimentos turísticos que possuam instalações termais ou que apresentem serviços de bem-estar baseados na utilização de recursos naturais;

d) Empreendimentos turísticos que tenham um efeito estruturante na oferta turística da respetiva ilha e que estão de acordo com o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores;

e) Conjuntos turísticos (resorts), de acordo com o preceituado no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março;

f) Parques temáticos;

g) Estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário, integrados no sistema de ensino privado;

h) Estabelecimentos de saúde com ou sem internamento;

i) Residências assistidas e lares para idosos;

j) Transporte marítimo inter-ilhas;

l) Operações de gestão de resíduos;

m) Aproveitamento de fontes renováveis de energia para a produção de biocombustíveis ou para a substituição do consumo de combustíveis fósseis;

n) Investigação e desenvolvimento tecnológico, que visem o reforço da competitividade.

Para efeitos do disposto na alínea a), consideram-se apenas os projetos que demonstrem contribuir de forma regular e continuada para o incremento das vendas ao mercado externo.

Para efeitos do disposto na alínea j), consideram-se apenas os projetos de substituição de equipamentos e embarcações destinados ao transporte marítimo regular, que incluam, pelo menos, uma das seguintes ilhas: Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Natureza e montante do incentivo

O incentivo a conceder às despesas elegíveis reveste a forma de subsídio não reembolsável e reembolsável sem juros, de acordo com a seguinte metodologia:

a) Nos projetos a que se referem as alíneas b), d), e) e f), subsídio não reembolsável com uma taxa base de 30% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 35% para as ilhas de Faial e Pico e 40% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável com uma taxa de comparticipação de 25 %;

b) Nos projetos a que se referem as alíneas a), c),g),h), i), j), l), m) e n), subsídio não reembolsável com uma taxa base de 35% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 40% para as ilhas de Faial e Pico e 45% para as restantes ilhas, e subsídio reembolsável com uma taxa de comparticipação de 25 %.

Às taxas de incentivo não reembolsável referidas podem ser acrescidas majorações, a definir na regulamentação deste subsistema, relativas à certificação da qualidade, eficiência energética, mais-valia ambiental, transformação e valorização de recursos endógenos, criação de emprego com habilitação adequada e localização do projeto.

Para além do disposto no número anterior, pode ser acrescida uma majoração, relativa a projetos que obtenham a classificação de projetos de interesse regional (PIR), de acordo com critérios a definir em regulamentação específica.

O prazo de financiamento do incentivo reembolsável é de 10 anos, dos quais os 3 primeiros são de carência de capital, contados a partir da data do primeiro pagamento do incentivo, sendo de 12 anos, dos quais os 4 primeiros são de carência de capital, para projetos com despesas elegíveis iguais ou superiores a €4 000 000.

Pode ser atribuído um prémio, correspondente à transformação de 35% do incentivo reembolsável em incentivo não reembolsável, na sequência da avaliação do desempenho do projeto, de acordo com critérios estabelecidos no regulamento deste subsistema.

O valor máximo do apoio a conceder é de €4 000 000, sob a forma de subsídio não reembolsável, e €4 000 000, sob a forma de subsídio reembolsável, por projeto, à exceção dos projetos classificados como PIR, cujo limite por cada componente de incentivo não pode ultrapassar €5 000 000.

Desenvolvimento da Qualidade e Inovação

São suscetíveis de apoio, no âmbito do Desenvolvimento da Qualidade e Inovação, projetos vocacionados para estimular a qualidade e inovação nas empresas, com investimento igual ou superior a €15 000 e igual ou inferior a €500 000.

Natureza e montante do incentivo

O incentivo a conceder às despesas elegíveis reveste a forma de subsídio não reembolsável, com uma taxa base

de 55% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 60% para as ilhas de Faial e Pico e 65% para as restantes ilhas.

Às taxas de incentivo mencionadas no número anterior podem ser acrescidas majorações, a definir na regulamentação deste subsistema, relativas à implementação de parcerias entre empresas ou entre empresas e instituições de I&D, projetos-piloto demonstradores de soluções tecnologicamente inovadoras e criação de emprego com habilitação adequada, dimensão da empresa e investigação industrial.

Contrato

A concessão do incentivo é formalizada mediante contrato a celebrar, por documento particular, entre a Região, através do departamento do Governo Regional com competência em matéria de economia, e o promotor, no prazo máximo de 30 dias úteis contados da data da notificação da decisão da concessão.

O não envio, por causa imputável ao promotor, de qualquer documento conducente à celebração do contrato de concessão de incentivos, no prazo referido acima, determina a caducidade da decisão de concessão do incentivo.

Aquele prazo pode ser prorrogado por decisão do membro do Governo com competência em matéria de economia, não podendo exceder o prazo de 90 dias úteis a contar da data de notificação da decisão de concessão do incentivo.

Pedidos de pagamento

As regras associadas aos pedidos de pagamento sofreram uma alteração posterior ao Decreto Legislativo referido, efetuada pelo Orçamento da Região para 2012.

Assim, os promotores, após assinatura do contrato de concessão de incentivos, devem enviar, exclusivamente, pela Internet, em formulário eletrónico disponível no Portal do Governo, até 10 pedidos de pagamento, cujo valor mínimo terá de corresponder a 5% do investimento elegível do projeto.

O valor do investimento correspondente ao último pedido de pagamento, que deve ser apresentado no prazo máximo de 90 dias úteis a partir da data de conclusão do projeto, não pode ser inferior a 10% do investimento elegível do projeto.

Retroatividade

O presente diploma aplica -se:

a) Aos projetos em fase de análise;

b) Às candidaturas apresentadas, no âmbito do subsistema de apoio ao desenvolvimento do turismo, que não tenham tido enquadramento nesse subsistema, por não ter sido reconhecido o interesse para o turismo, transitando para o subsistema de apoio ao desenvolvimento local;

c) Aos projetos já aprovados e contratualizados mas cujo prazo de reembolso no respetivo subsistema é estendido para 12 anos com 4 anos de carência;

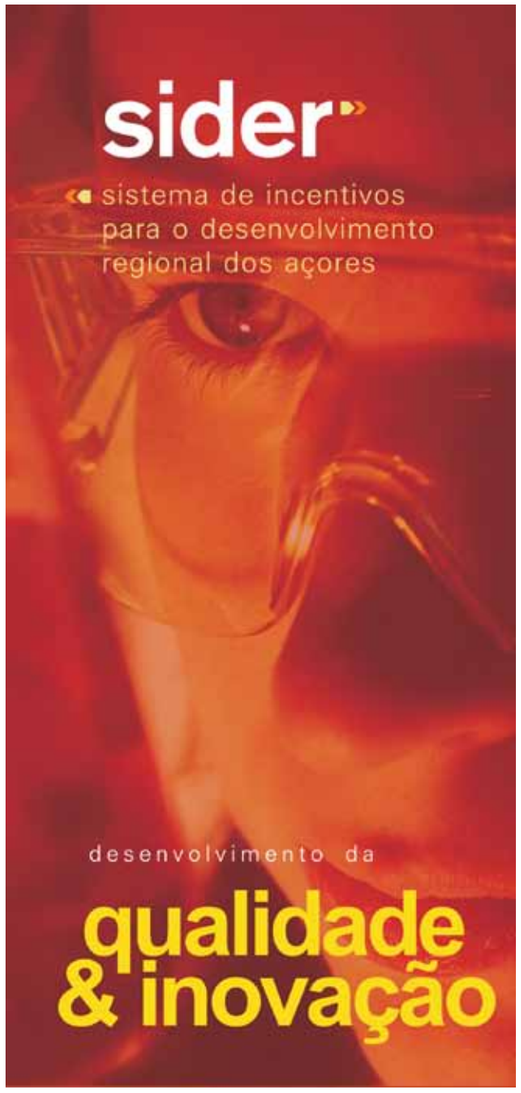
d) Aos projetos já aprovados e contratualizados e cujo número de pedidos de pagamento é estendido de quatro para dez.

A alteração prevista na alínea b) deve ser requerida pelo promotor, no prazo de 30 dias, após notificação da entidade gestora.

Regulamentação

Os regulamentos dos diversos subsistemas do SIDER são aprovados por decreto regulamentar regional, no prazo de 60 dias a partir da entrada em vigor do SIDER.

À data de fecho deste número de €mpreender os regulamentos ainda não tinham sido publicados.



PRO-SCIENTIA
Ao serviço da ciência e da ID&IT

A Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipa-mento, que tem atribuições no domínio da Ciência e Tecnologia, Comunicações, Informática e Sociedade do Conhecimento, apresentou em fins de outubro uma proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece um novo sistema de atribuição de incentivos financeiros dirigidos à Ciência e Tecnologia denominado PRO-SCIENTIA.

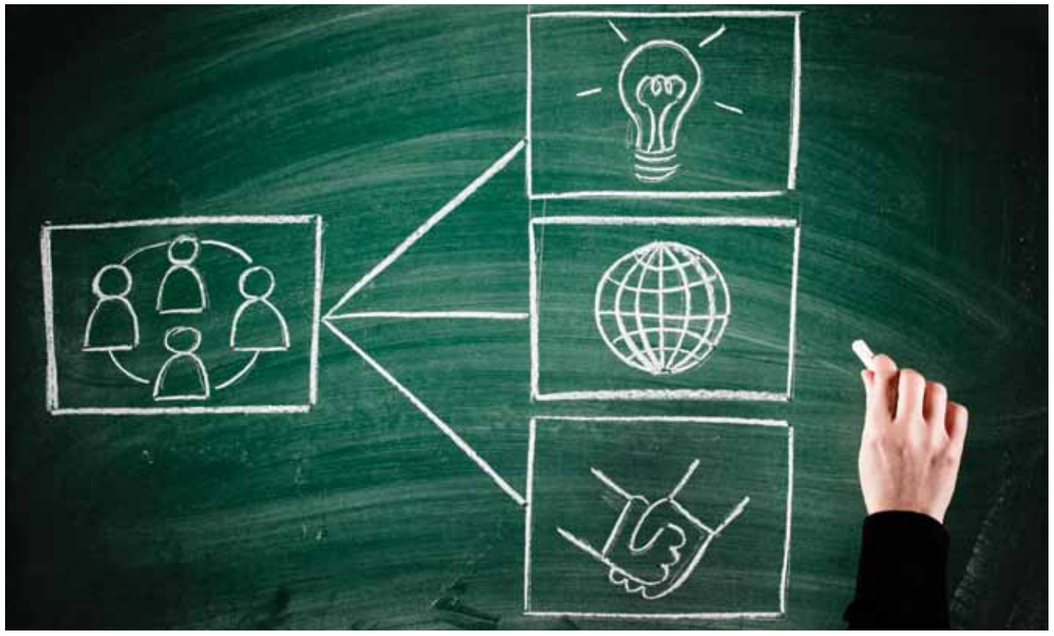
O novo regulamento irá disciplinar o quadro normativo aplicável às entidades que se dedicam à investigação científica, à difusão da cultura científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico e inovação e à promoção das tecnologias da informação e comunicação na Região.

Nos termos da proposta apresentada, o PRO-SCIENTIA assenta em quatro eixos – Valorizar, Cooperar, Qualificar e Atualizar, e tem como objetivo consolidar "o potencial científico e tecnológico da Região, estimular a investigação, promover a valorização económica das atividades de investigação e desenvolvimento e ainda favorecer a criação de sinergias nacionais e internacionais que projetem os Açores no espaço europeu de investigação".

Centrando-nos na promoção da valorização económica das atividades de investigação e desenvolvimento, iremos tecer algumas considerações sobre a importância da inovação empresarial e do aproveitamento económico das atividades de investigação.

Num mundo cada vez mais global, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a par da inovação, têm vindo a assumir um papel de crescente importância e a ganhar uma dimensão económica determinante enquanto fatores de competitividade, seja a nível micro, entre empresas, seja numa perspetiva macro, entre países e regiões.

Esta constatação torna cada vez mais premente a necessidade de se adotar, a nível nacional ou regional, políticas de ciência e tecnologia numa ótica da sua aplicabilidade económica. O aspeto central destas políticas relaciona-se com a tomada de medidas que promovam o contacto entre as fontes de conhecimento, geralmente as universidades e respetivos centros de investigação, e as empresas. Estamos assim, no domínio da convergência entre a Universidade, a Empresa e o Governo, ou seja, no conceito definido por Etzkowitz e Leydesdorf da "triple helix" (Modelo lançado nos anos noventa por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, professores da Universidade do Estado de Nova Iorque - SUNY e da Universidade de Amsterdão, respetivamente.). A colaboração que se possa estabelecer entre estas três entidades é absolutamente fulcral para o êxito de políticas dirigidas à inovação empresarial.



Uma outra consideração que importa ter em conta tem a ver com o que se entende por inovação. Muito embora o conhecimento seja um fator sempre presente, e daí a importância das universidades, não se entenda inovação empresarial apenas numa visão tecnológica ligada à investigação de ponta ou radical. Inovação não é mais do que uma nova forma de reunirmos os fatores que dão vantagem competitiva à empresa. Deste modo, podemos falar de inovação de produto, de processo, organizacional ou de marketing. Em todo o caso, o que verdadeiramente importa é que cada um dos atores presentes na "triple helix" cultive em permanência uma atitude de mudança e de procura de fatores distintivos que, aplicados nas empresas, proporcionem vantagens competitivas e potenciem a criação de valor. É, assim, fundamental que as universidades façam investigação aplicada, próxima das necessidades das empresas e nas diferentes vertentes da inovação, que as empresas por sua vez procurem as universidades e estabeleçam pontes de ligação com as mesmas e que os governos promovam e facilitem a ligação entre as universidades e as empresas.

Para terminar, uma referência ao programa Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020). Enquadrado na Estratégia Europa 2020, a qual considerou a investigação e a inovação como fatores fundamentais para atingir os objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o programa Horizonte 2020, a aplicar no próximo Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, prevê apoios financeiros a todos os tipos de PME inovadoras que demonstrem uma forte ambição em termos de desenvolvimento, crescimento e internacionalização. Tem como objetivo contribuir para colmatar o défice de financiamento na fase inicial de atividades de investigação e de inovação de alto risco, promover inovações de ponta e intensificar a comercialização pelo setor privado dos resultados da investigação. O instrumento financeiro prestará apoios nas fases de i) avaliação de conceito, ii) demonstração e replicação no mercado, e iii) comercialização. O programa Horizonte 2020 prevê apoios específicos dirigidos a PME relativos à i) utilização intensiva de investigação, ii) promoção da capacidade de inovação das PME, e iii) inovação orientada para o mercado.

O futuro em muito depende da inovação empresarial. A inovação empresarial em muito depende de uma boa coordenação entre órgãos de Governo, as Universidades e as Empresas. Nos Açores, o PRO-SCIENTIA vai nesse sentido.

Plano Estratégico para a Coesão dos Açores (PECA)

No passado dia 29 de Agosto, foi apresentado na Graciosa pelo Vice-Presidente do Governo, Sérgio Ávila, perante uma plateia constituída por empresários, autarcas, dirigentes cooperativos e de IPSS e deputados regionais, a anteproposta do Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, tendo ficado disponível no Portal do Governo para recolha de contributos por parte de todos os interessados.

Atendendo à particular situação desfavorável de algumas das ilhas açorianas, designadamente São Jorge, Graciosa, Santa Maria, Flores e Corvo, o Governo dos Açores decidiu aplicar um conjunto de medidas de descriminação positiva que ajudassem a equilibrar os pratos da balança, promovendo uma maior coesão regional. Deste modo, a coesão regional foi definida, no Programa do X Governo dos Açores, como um dos fatores estratégicos da governação da Região, enquanto "elemento de aproximação e de qualificação das condições oferecidas nos diferentes espaços físicos, na medida em que proporcionam a fixação das pessoas e das famílias, incluindo a sua valorização (coesão social) e também na oferta de condições para o desenvolvimento de atividades empresariais geradoras de riqueza e de emprego (coesão económica)". Conforme expresso no Programa do X Governo dos Açores, não se trata de "introduzir elementos de uma política assistencial", mas sim de "perspetivar e modelar todas as políticas públicas de âmbito geral, incluindo as de natureza sectorial e os atos mais correntes da governação, em função das diferenças e disparidades relevantes entre as diversas parcelas do território regional, de modo a obter-se um equilíbrio nos resultados produzidos", assentes, portanto, na perspetiva da fixação das pessoas e da sua valorização (coesão social) e na da criação de riqueza e de emprego (coesão económica).

As políticas de coesão social e económica, a par das de coesão territorial, encontram-se no cerne das políticas definidas ao nível da União Europeia. Com efeito, também a nível comunitário estão vincadamente presentes um conjunto de disparidades e de fatores que caraterizam os países, e também as diferentes regiões, e que fazem com que seja absolutamente necessário a adoção de medidas de descriminação positiva por forma a possibilitar uma maior integração e sentido de pertença entre os europeus. O objetivo é muito claro, proporcionar de igual forma a todos os europeus do espaço comunitário as melhores condições de vida, só assim faz sentido o projeto europeu.

No respeitante aos Açores, a sua natureza arquipelágica constitui um marcante fator condicionante do desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas. Considerou-se, assim, como elemento enquadrador das políticas regionais, que "o primeiro passo para se poder diluir as diferenças de origem geográfica, é efetuar uma caracterização detalhada que culmine na identificação de carências e potencialidades de cada ilha", o que configura a elaboração de um "Plano Estratégico para a Coesão dos Açores".

Com o Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, enquanto documento estratégico, pretende-se que:

- Identifique as carências e potencialidades de cada ilha;
- Seja realizado em estreita colaboração com os (e envolvimento dos) organismos regionais e locais;
- Defina medidas, estratégias e projetos concretos que produzam os resultados esperados, ao nível da coesão, nomeadamente quanto à fixação e qualificação das pessoas e à criação de riqueza e emprego.

Não se pretendendo ser exaustivo na análise ao PECA, iremos centrarmo-nos nas medidas relativas ao enquadramento económico, numa perspetiva, portanto, de coesão económica, deixando contudo claro que o arrumar das questões em coesão económica, social ou territorial, apenas deve ter em vista a facilitação na análise e na operacionalização das medidas, uma vez que, como é fácil de entender, a realidade é una, onde tudo interage com tudo.

Assim, iremos centrar a nossa atenção no capítulo 6 do PECA, relativo aos princípios de ação e às principais linhas estratégicas, e ao capítulo 7, que consubstancia os eixos de atuação e as medidas operacionais.

No respeitante aos princípios de ação entende-se ser de realçar os seguintes (as referências correspondem ao PECA):

a) Mobilização e auscultação dos atores locais, no sentido de se considerar fundamental que a elaboração do PECA parta dos contributos e opiniões dos diversos atores de cada Ilha, mas sobretudo da sua mobilização para um processo que deve assentar no princípio da corresponsabilização das comunidades locais, tanto na reflexão, como na ação.

b) Dinamização de uma lógica de parcerias locais, no sentido de assentar não numa mobilização dispersa e desgarrada desses atores e das suas potencialidades, mas de contribuir para uma dinâmica de ação coletiva, de defesa e afirmação conjunta da coesão de cada Ilha.

c) Abordagem da coesão numa perspetiva de desenvolvimento multidimensional, ou seja, tendo em conta as várias dimensões (económicas, sociais, culturais, ambientais e políticas) dos processos de mudança societal e de procura do bem-estar e de melhores condições de vida para as pessoas.

e) Mobilização das quatro formas de economia fundamentais, maximizando e articulando todas as suas potencialidades e sinergias: a Economia Pública, a Economia Empresarial, a Economia Social e a Economia Doméstica.

Como linhas estratégicas transversais ao PECA, são destacadas as seguintes (as referências correspondem ao PECA):

a) A questão demográfica, que surge como um ponto nuclear do diagnóstico estratégico em todas as ilhas,

nas suas várias componentes, como sejam, a baixa natalidade, o aumento da longevidade, a fixação e/ou atração de jovens, a incidência de percursos migratórios.

b) A questão do emprego é outro dos pontos estratégicos, não apenas na perspetiva económica e da criação quantitativa de postos de trabalho, mas numa lógica de qualificação das pessoas e da sua mobilização como cidadãos do desenvolvimento.

d) A questão das acessibilidades e do transporte de mercadorias é outra das componentes importantes a ter em conta no PECA. Aliás, genericamente, este foi apontado como um dos pontos nevrálgicos da coesão.

e) O abastecimento local, a produção e mercado internos são igualmente identificados como questões estratégicas, tratando-se para mais de Ilhas, onde os problemas de acessibilidade são mais sensíveis.

f) A maximização das possibilidades de exportação de cada Ilha é, seguramente outro eixo estratégico do PECA, não só dos produtos tradicionais de S. Jorge (queijo), Santa Maria (meloa), Graciosa (vinho, meloa e alho), Flores e Corvo (carne e pescado), mas também de novos produtos.

h) O reforço das capacidades de iniciativa em cada Ilha é outro elemento estratégico essencial, implicando um processo de promoção, mobilização e apoio organizativo, técnico e relacional ao empreendedorismo e redirecionando (para a coesão) o que já existe e/ou criando novas respostas e centros de apoio, de natureza pública ou privada.

i) A criação de condições para o reforço e a aquisição de competências necessárias para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que levem à coesão é outro nó vital do PECA.

j) A pluralidade das opções produtivas surge como um eixo estratégico fundamental, no sentido de evitar as lógicas de monoprodução e de centralização exagerada num produto, mas antes perspetivando a articulação e a conjugação de vários produtos e atores.

k) Outra questão estratégica prende-se com os vários incentivos existentes para as Ilhas da Coesão, cujos efeitos são díspares e, nalguns casos, contraditórios.

Apresentados os princípios de ação e as linhas estratégicas, direta ou indiretamente ligados à vertente económica, iremos agora abordar os eixos de atuação e as medidas operacionais.

São sugeridos dez eixos de atuação do PECA, com as correspondentes medidas operacionais. Para efeitos deste artigo iremos destacar os seguintes (as referências correspondem ao PECA):

3. Eixo das Acessibilidades
4. Eixo do Mercado Interno e do Abastecimento Local
5. Eixo das atividades já existentes
6. Eixo dos Turismos
7. Eixo das novas atividades
8. Eixo das Exportações
9. Eixos dos Incentivos e Sistemas de Apoio e Enquadramento
10. Eixo da Capacitação

Uma breve referência aos eixos aqui em falta. Assim, o Eixo 1 – Governança é considerado um pilar essencial na aplicação do PECA como forma de operacionalização e de coordenação dos diversos atores e das diferentes medidas. Já o Eixo 2 – Demografia, considerada uma das componentes sensíveis da coesão, mereceu que fossem estipuladas medidas específicas.

Quanto aos restantes eixos, e de forma resumida, podemos dizer o seguinte:

Eixo das Acessibilidades – sendo particularmente destacado o transporte de mercadorias, são propostas como Medidas Operacionais: i) a Implementação do Plano Integrado de Transportes Marítimos e Terrestres com vista à promoção da articulação entre o transporte de pessoas e de mercadorias; ii) a Otimização das ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central por forma a garantir e melhorar as ligações (com os barcos atualmente existentes) entre as ilhas do triângulo, bem como perspetivar (com as novas embarcações previstas) ligações entre todo o Grupo Central, numa lógica de movimento pendular; e, iii) a Garantia do abastecimento semanal, via área, para a ilha do Corvo.

Eixo do Mercado Interno e do Abastecimento Local - considerado um importante pilar da coesão, tem em vista maximizar as possibilidades de aumentar a produção e o abastecimento local em cada ilha. São propostas as seguintes Medidas Operacionais: i) a Possibilidade de realização periódica de feiras francas e/ou de revitalização dos mercados nas várias ilhas, onde se possa comercializar os produtos da economia doméstica e da pequena economia agrícola informal, com isenção fiscal; ii) a Criação de um sistema de incentivos (não necessariamente monetários) e estímulos para a aquisição de produtos da economia doméstica e da pequena economia agrícola por parte das organizações de Economia Social e dos serviços públicos (escolas, centros de saúde), para as refeições que têm de fornecer; iii) a Dinamização de um quadro geral de valorização e incentivos à economia doméstica e à pequena economia agrícola, com uma potencial ligação ao turismo em espaço rural e ao agroturismo; iv) o Apoio à criação de respostas comerciais de abastecimento local em áreas essenciais como a da alimentação; v) a Negociação com as empresas de retalho para venda preferencial de produtos açorianos; e, vi) a Criação de uma Central de Compras e Vendas de Comercialização de pequenos produtores locais, rurais e artesanais, que permita a compra de matéria-prima a preços concorrenciais e a distribuição de bens e serviços.

Eixo das atividades já existentes – considera-se que o desenvolvimento das Ilhas da Coesão tem de começar por tirar o máximo proveito das atividades já existentes que, como é referido, nalguns casos fazem parte da sua identidade e cujas potencialidades estão longe de se encontrarem completamente aproveitadas. Com esse objetivo, propõem-se as seguintes Medidas Operacionais: i) a Caraterização e diagnóstico em profundidade sobre as atividades económicas de referência de cada ilha, associadas a produtos tradicionais ou à identidade de cada uma; ii) o Apoio à criação de uma marca associada a alguns desses produtos, nos casos em que tal faça sentido ou seja possível; iii) a Criação de uma identidade pública de comercialização com funções de gestão e de articulação com os produtores; iv) o Incremento, de forma integrada, do aumento da produção agrícola de produtos com procura quer no mercado interno, quer no mercado externo; v) o Apoio ao reforço da Economia Social de cada ilha; e, vi) a Promoção de Feiras Empresariais Locais da Coesão.

Eixo dos turismos – considerado como um dos pilares essenciais de uma estratégia de coesão para todas as ilhas, devendo articular-se com outros eixos. São consideradas fundamentais as seguintes Medidas Operacionais: i) o Apoio à criação e dinamização de "pacotes turísticos" integrados em cada ilha, articulando vários segmentos turísticos; ii) a Associação de imagens e de elementos distintivos das ilhas da coesão nas campanhas de marketing de promoção dos Açores; iii) o Apoio à realização de festivais ou outros eventos internacionais com impacto turístico.

Eixo das novas atividades – numa perspetiva de diversificação das atividades económicas, pretende-se que a estratégia de coesão promova a emergência de novas atividades. Neste âmbito foram definidas as seguintes Medidas Operacionais: i) a Promoção de novas formas de agricultura, com especial incidência para a "Agricultura Hidropónica"; ii) o Apoio à Aquacultura nas ilhas da coesão, apostando-se na promoção do pescado açoriano criado em águas marítimas; iii) a Criação de Unidades de Filetagem nas ilhas da coesão, associadas a redes de congelamento de pescado; iv) a Criação de um Centro de Observação e Interpretação de Aves Migratórias, a situar no Corvo, qua atraia cientistas de todo o mundo; v) a Promoção de uma parceria explícita e sistemática com a Universidade dos Açores e outras universidades, com o objetivo de aumentar as possibilidades de inovação na produção local e garantir que as Ilhas da Coesão sejam laboratórios vivos para a experimentação nos vários domínios envolvidos na coesão; vi) a Criação de Clínicas de Reabilitação e Recuperação, com o apoio dos centros de saúde existentes nas ilhas e com as unidades hoteleiras locais, numa lógica de promoção do turismo de saúde; e, vii) a Criação de Centros para Restauros Habitacionais para a colmatação de necessidades locais de pequenas reparações e de prevenção da degradação de edifícios.

Eixo de promoção das exportações – por forma a se obter economias de escala e a viabilizar um conjunto significativo de atividades. Assenta nas seguintes Medidas Operacionais: i) o Reforço das competências da LOTAÇOR e a implementação definitiva do sistema de vendas on-line, no sentido de situar a LOTAÇOR como o ator de referência no escoamento e comercialização internacional do pescado açoriano e na promoção de um sistema de transportes e escoamento; ii) a Criação de uma plataforma de vendas on-line de produtos agrícolas açorianos, com particular atenção para as Ilhas da Coesão, responsável por colocar, em qualquer parte do Mundo, os produtos agrícolas açorianos e, entre estes, os originários das Ilhas da Coesão.

Eixos dos Incentivos e Sistemas de Apoio e Enquadramento - a mobilização dos Sistemas de Incentivo, Apoio e Discriminação Positiva a favor das Ilhas da Coesão é considerada uma pedra angular da estratégia da coesão. Para a sua maximização prevê-se a adoção das seguintes Medidas Operacionais: i) a Reformulação dos Gabinetes do Empreendedor em cada Ilha no sentido de se reforçar as suas competências de apoio ao empreendedorismo e de assumirem uma presença ativa e proactiva junto dos agentes económicos; ii) a Criação de um Portal do Investidor, onde seja reunida toda a informação necessária, de forma acessível e simplificada, para os investidores potenciais, em particular nas Ilhas da Coesão; iii) a Criação de um Fundo de Investimento para a Coesão, cofinanciador de projetos empresariais e/ou de organizações de Economia Social, que garantirá também o acompanhamento, monitorização e animação dos mesmos; iv) a Majoração dos sistemas de incentivos na área da Ciência e Tecnologia, no que se refere aos concursos para organização de eventos científicos, para apoio a projetos de ensino experimental das ciências ou para a criação, instalação e funcionamento de Espaços TIC.

Eixo da capacitação individual e organizacional – considerado estruturante do PECA, indutor de competências necessárias à sua implementação. São propostas as seguintes Medidas Operacionais: i) o Aproveitamento e canalização das ofertas profissionalizantes já existentes para as necessidades do PECA, tornando-as parceiras da coesão; ii) a Realização de um estudo de necessidades de formação individual e de capacitação organizacional; iii) a Criação de uma Academia Virtual para a Coesão com base na utilização das TIC; iv) a Otimização da vertente formativa dos espaços TIC; e, v) o Roteiro de Ciência e Tecnologia para a promoção, valorização e difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos nas áreas específicas mais relevantes para cada ilha.

Em síntese, estas são as linhas de ação do Plano Estratégico para a Coesão dos Açores. São, igualmente, definidos modelos de governança, organizativo e de capacitação para a ação, como partes estruturantes do PECA enquanto elementos enquadradores das diversas ações e dos diferentes atores que, em cada ilha da coesão, terão como missão a sua implementação. Do ponto de vista das empresas, são propostas um leque alargado de intervenções potenciadoras da atividade económica e de oportunidades de negócio local, inter-ilhas e com o exterior, o que, conjugado com a criação de estruturas de apoio e facilitação aos atuais e potenciais empresários, pode gerar as condições adequadas à dinamização da economia nas Ilhas da Coesão.

A exploração de massas minerais nos Açores

O aproveitamento das matérias-primas por parte das regiões que as detêm, para além de gerar emprego direto e indireto, contribui para a substituição de importações e aumento das exportações, revelando-se por vezes um importante motor de nascimento e desenvolvimento de indústrias transformadoras, a montante e a jusante, com reflexos diretos na área dos serviços em toda esta fileira, contribuindo significativamente para o aumento da produtividade e competitividade da Economia.

A utilização das massas minerais (domínio privado) extraídas na RAA, é feita no essencial nas Indústrias da Construção Civil e Obras Públicas e Transformadora.

Sendo certo que, por indústria da construção civil e obras públicas, entendemos a atividade consumidora de recursos geológicos que envolve a construção e manutenção de infraestruturas, sejam rodoviárias, náuticas ou aeronáuticas, e a construção das infraestruturas habitacionais, de comércio e de serviços.

Por indústria transformadora entendemos a consumidora destes recursos para fabrico de outros produtos, como sejam o cimento, produtos em betão e rochas ornamentais.

De modo mais pormenorizado, a utilização das massas minerais na nossa Região é a seguinte:

Basalto:

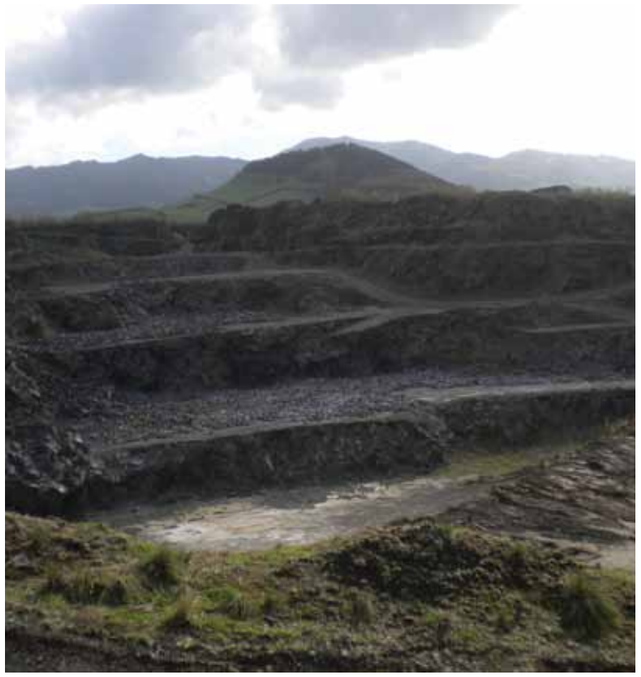
» Alvenarias das construções, no revestimento e em paralelepípedos de vias;

» Guias ou pedras de passeios e em cunhais de muros e de construções notáveis;

» Fabrico de betões (de granulometrias diversas);

» Pedra de corte, em lintéis, ombreiras, guias de estrada ou de passeios, pavimentos exteriores ou interiores e arte funerária.

Casa construída em Pedra (ilha das Flores)



Panorâmica de uma exploração de basalto para serragem e britagem

Panorâmica de uma exploração de traquito para britagem, de onde saiu no passado a pedra para diversas construções em Angra do Heroísmo

Traquito:

» Cantaria, em estatuária de interior e de exterior e em alguns adornos de passeios, sendo desaconselhada a sua utilização em exteriores, bem como em betões, uma vez que é uma rocha que se altera facilmente, pulverizando-se gradualmente.

Escórias Basálticas ("bagacina" ou "cascalho"), sendo o recurso litológico mais importante dos Açores:

» No fabrico de blocos;

» Enchimentos de alvenarias;

» Na sub-base e na pavimentação superior de estradas (manutenção dos caminhos de penetração);

» Isolante e constituinte de solos artificiais, sobrepostos a rocha estéril;

» Quando soldadas, na manufatura de fornos, de lareiras ou como peças decorativas;

» Aditivo a betões para atribuição de cor (a vermelha é a mais usual).

Exploração de escórias vulcânicas onde é possível ver as duas tonalidades típicas desta rocha

Revestimento de fachada com ignimbritos soldados

Exploração de pozolanas no Pisão

Lahars e Ignimbritos Não Soldados

» "Tufos", de aspeto arenoso e friável, onde se explora a fase arenosa, por lavagem.

» Sendo rocha branda e de fácil talhe, embora resistente à erosão, é utilizada em cantaria, em pavimentos e lintéis e em estatuária.

Argilas e "Pozolanas"

» São resultado da alteração de basaltos, de traquitos ou de pedra-pomes e são utilizadas, as argilas, no fabrico de telhas, de vasilhame e em olaria, e as pozolanas no fabrico de cimento.

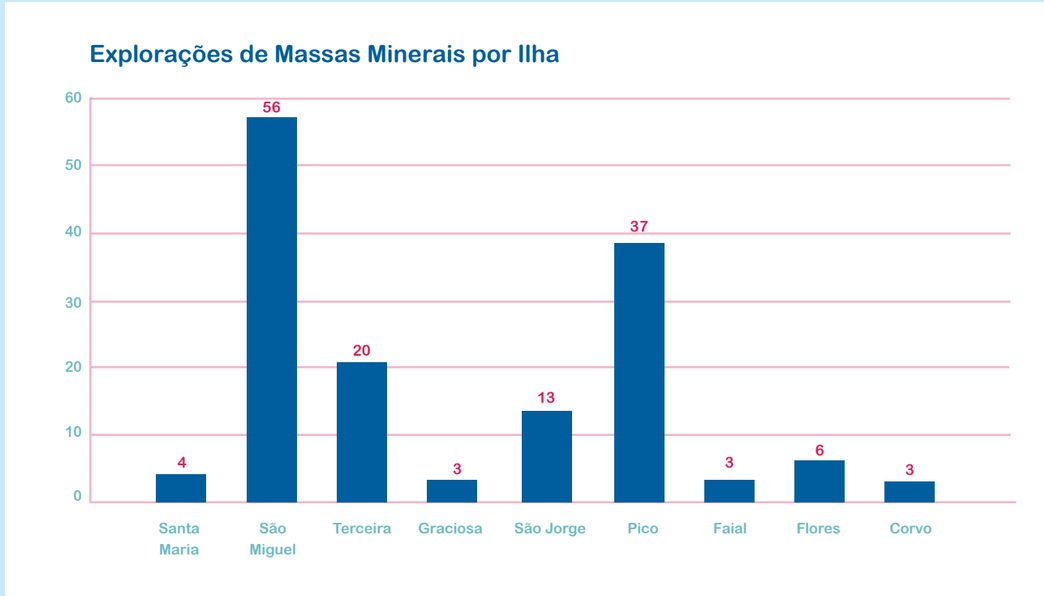
Poço da Pedreira

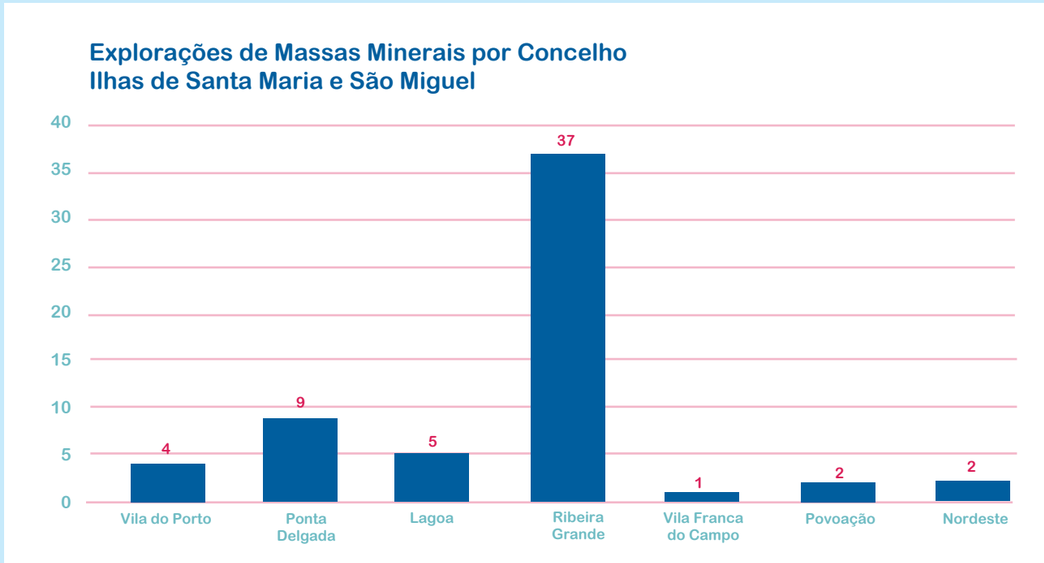
Parque de Merendas no lugar chamado Pedreira do Gil Perfeito

Finalmente, em algumas situações, da exploração de massas minerais resultam lugares de inegável beleza, como é o caso do Poço da Pedreira, em Santa Maria, local de onde saiu a pedra para construção do Convento de S. Francisco em Vila do Porto. Datado de 1607, este convento foi saqueado por piratas em 1616 e em 1675. Foi depois reconstruído em 1725 por iniciativa de Frei Agostinho de São Francisco, datando desta altura um conjunto de valiosos azulejos. Atualmente, alberga a Câmara Municipal, o Tribunal da Comarca de Vila do Porto e a Secção de Finanças e Tesouraria e o Parque das Merendas sito na Pedreira do Gil Perfeito, também em Santa Maria.

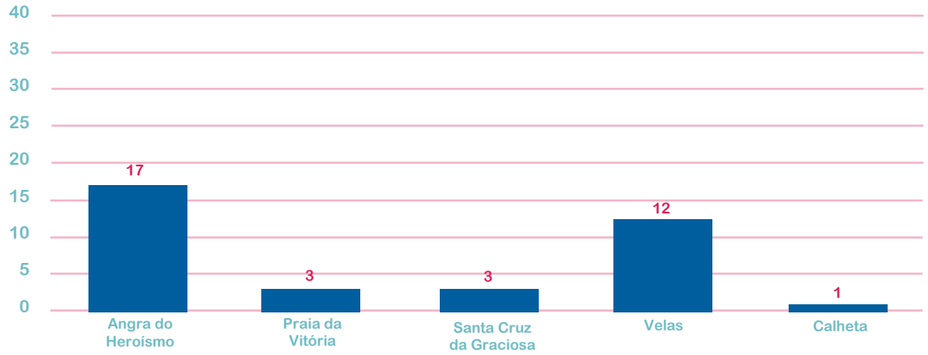
Como já referido, estes recursos estão classificados como Massas Minerais e são explorados em Pedreiras, necessitando de licenciamento da atividade, nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 12/2007/A, de 5 de Junho, junto da Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade ou junto da Câmara Municipal onde se localiza a pretensão.

Entre 2008 e 2010 foram atribuídas catorze licenças de exploração, distribuídas pelas ilhas de S. Miguel (7), Terceira (4), Pico (2) e Faial (1). Assim, apresenta-se de seguida uma panorâmica sobre as explorações de massas minerais na nossa Região, sua distribuição por ilha e por concelho, assim como por litologias e tipo de pessoa detentora de licença de exploração.

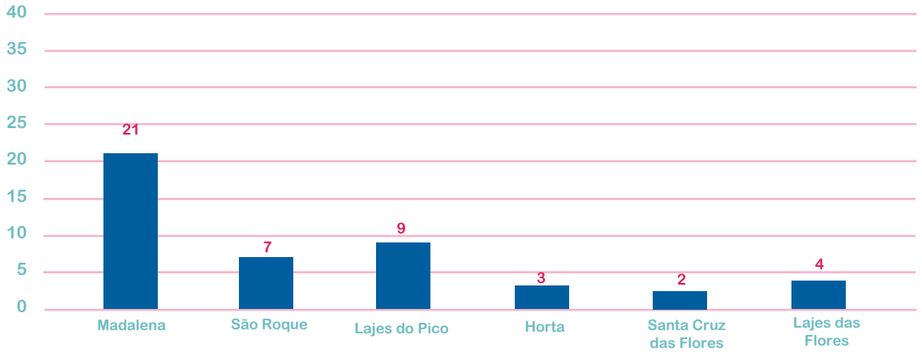




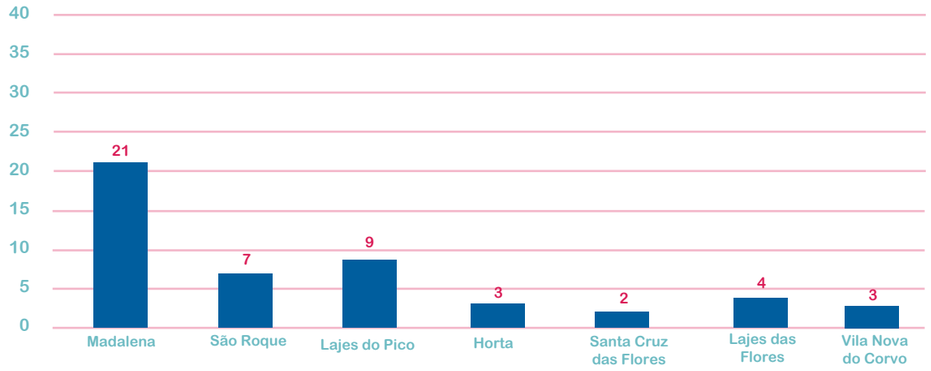
Explorações de Massas Minerais por Concelho
Ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge



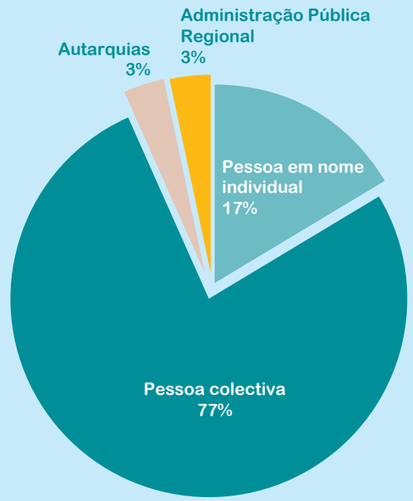
Explorações de Massas Minerais por Concelho
Ilhas Pico, Faial e Flores



Explorações de Massas Minerais por Concelho
Ilhas Pico, Faial, Flores e Corvo

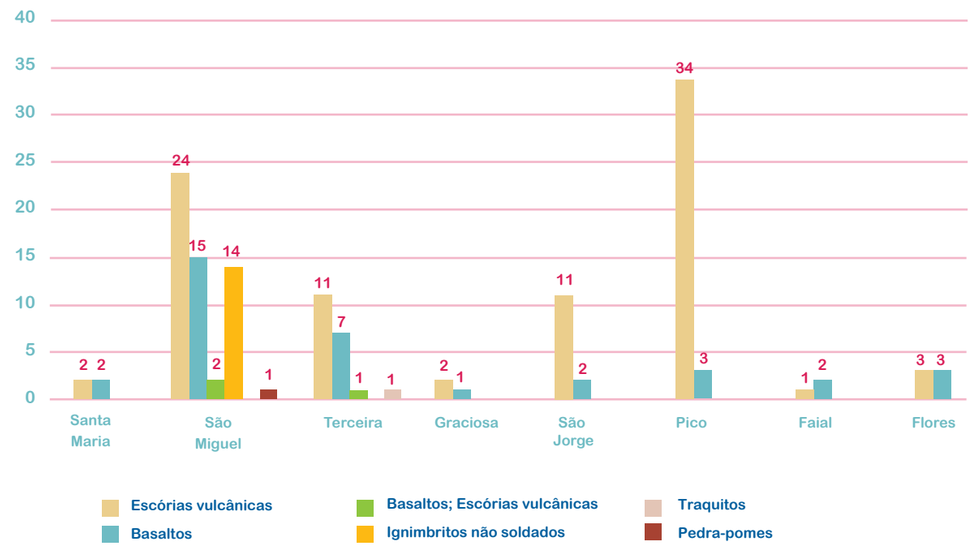


Tipo de Detentor de Licença



Explorações nos Açores

Tipo de Massas Minerais por Explorações



Andrea Costa, Manuel Cabral e Diamantino Oliveira, Técnicos Superiores da DRAIC.

Notícias

Meeting empresarial para divulgação de medidas de apoio

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo realizou nos dias 20 e 21 de Setembro um *meeting* empresarial onde juntou à mesma mesa empresários e entidades governamentais numa reunião onde o objetivo principal prendeu-se com a divulgação de medidas de apoio a empresas.

Temas como as "Linhas de crédito", "revitalização de empresas", "Fundo de capital de risco", "alterações aos sistemas de incentivos", "empregabilidade dos açorianos" e "procedimento extrajudicial de conciliação" foram amplamente debatidos por especialistas das diversas áreas.

A abertura do encontro esteve a cargo do presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, Sandro Paim, que procurou motivar os empresários terceirenses, graciosenses e jorgenses para a procura de soluções nos campos do emprego, dos incentivos e apoios, e, ainda das fusões e aquisições.

No primeiro dia de trabalhos Ricardo Medeiros falou sobre as Linhas de Crédito Açores do Governo Regional, nomeadamente a Açores Investe II. Seguiu-se o tema "Como revitalizar a empresa" a cargo de António Rua, da Associação Empresarial de Portugal.

Durante este dia tiveram ainda lugar reuniões paralelas com os sectores automóvel, da construção civil, turismo e restauração e ainda panificação/comércio, serviços e indústria.

No segundo dia do encontro estiveram em cima da mesa assuntos como a alteração ao SIDER, apresentada pelo Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, Arnaldo Machado, o Fundo de Capital de Risco gerido pela Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), com Gualter Couto, Presidente do Conselho de Administração daquela Agência e os apoios ao emprego, com o Diretor Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, Rui Bettencourt, a explicar o trabalho que nos últimos anos tem sido desenvolvido.

O Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC) foi o tema que encerrou estes dois dias de trabalhos, tendo cabido a Amadeu Boleixa, coordenador geral do PEC, a explanação de todas as suas vantagens para as empresas que hoje se encontram numa situação de insolvência ou na sua eminência.

Think Tech – Tecnologia e Inovação

A Universidade dos Açores levou a cabo, em setembro e outubro de 2011, um ciclo de conferências que pretendeu criar espaços de disseminação de ideias inovadoras de base tecnológica que contribuam para o desenvolvimento de um ambiente competitivo regional, com uma visão global: pensar local para agir global.

A iniciativa Think Tech, que obteve o patrocínio do Governo dos Açores, arrancou, no dia 26 de setembro, com a presença de Helder Antunes, Diretor de Engenharia da Cysco Systems e Armando Pereira, executivo com larga experiência em tecnologia.

Estes dois profissionais de Silicon Valley trouxeram aos Açores a sua visão sobre ideias inovadoras de base tecnológica e as perspetivas açorianas, bem como as suas experiências pessoais.

O segundo evento realizou-se a 11 de outubro e contou com a presença de Alfredo Passos, profissional das áreas de estratégia e inteligência competitiva.

Na sessão de abertura deste segundo evento, o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, José Contente, apelou à transferência de conhecimento para as empresas, afirmando que "é tão importante a geração de novos conhecimentos, como a sua introdução e difusão nos sistemas produtivos, esforço esse que se traduz em inovações capazes de traduzir articulações diretas e imediatas com os processos de desenvolvimento".

O mundo dos negócios no feminino

Com o objetivo de lançar o debate sobre a presença feminina no mundo dos negócios, na qualidade de gestoras ou de criadoras do seu próprio emprego, a Cresaçor promoveu em outubro de 2011, um seminário intitulado Empreendedorismo, Mulheres e Negócios.

Neste evento, que contou com a presença de inúmeras empresárias e empreendedoras açorianas, foram abordados temas como As mulheres açorianas na vida ativa, Empreendedorismo e Inovação no feminino, *Coaching* e *empowerment* feminino, tendo ainda sido possível discutir os estereótipos de género no mundo dos negócios.

No final do dia foram apresentados alguns casos de empreendedorismo feminino em empresas açorianas.

Natércia Gaspar, Diretora Regional da Solidariedade e da Segurança Social, apelou, na sessão de abertura do seminário, à sociedade civil para combater " o desperdício da capacidade empreendedora das mulheres", considerando o empreendedorismo feminino uma "janela de oportunidades" que permitirá contrariar o atual contexto económico.

As economias regionais como fator de desenvolvimento

O ciclo de conferências "Portugal A soma das partes" passou, em outubro de 2011, pelo Teatro Micaelense em Ponta Delgada, onde juntou especialistas, responsáveis políticos e empresários à volta das áreas de negócio com potencial de crescimento na Região.

Numa organização conjunta da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), TSF e Açoriano Oriental, este evento permitiu avançar um conjunto de propostas no sentido dos Açores conseguirem ultrapassar a crise atual e potenciarem o seu crescimento económico.

A agricultura e pescas foram setores apontados onde o potencial de crescimento reside, por um lado, no abastecimento ao mercado local e, por outro, nas possibilidades de exportação de produtos que incorporem maior valor acrescentado.

Ao nível do turismo, foi enfatizada a possibilidade de se criar numa das ilhas de menor dimensão um verdadeiro ecossistema ecológico, que permitisse distinguir a Região junto de mercados-alvo específicos e sensíveis às questões relacionadas com a sustentabilidade ecológica do desenvolvimento económico.

Este evento contou, na sua sessão de abertura, com a presença do Bastonário da OTOC, Domingues de Azevedo e ainda com o economista Roberto Amaral.

Ao longo do dia foi ainda possível ouvir Álvaro Dâmaso do Conselho de Administração do Montepio Geral, António Menezes, Presidente do Grupo SATA, os deputados Duarte Freitas e Ricardo Rodrigues e ainda alguns empresários regionais.

O evento foi encerrado pela Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Berta Cabral.

Estatísticas

Neste número da Revista €mpreender fazemos uma atualização dos números do SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores, bem como do Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo. Os números são referentes a 30 de dezembro de 2011.

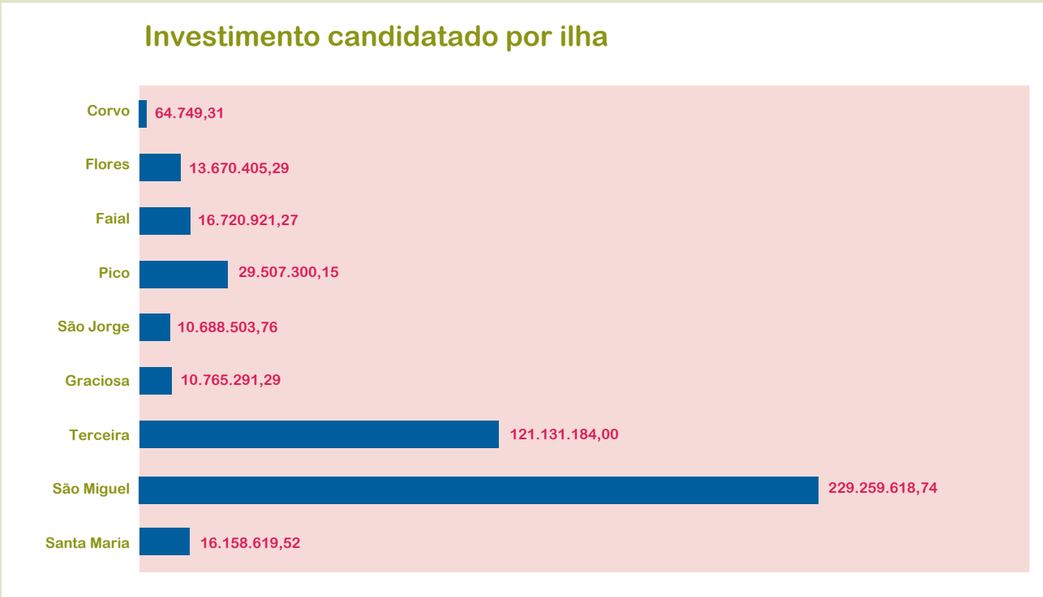
SIDER

O SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores constitui o quadro legal de referência dos incentivos financeiros dirigidos ao sector empresarial açoriano, para o período de 2007-2013, cuja finalidade é conferir à economia regional os adequados índices de competitividade, indutores de um crescimento económico sustentável.

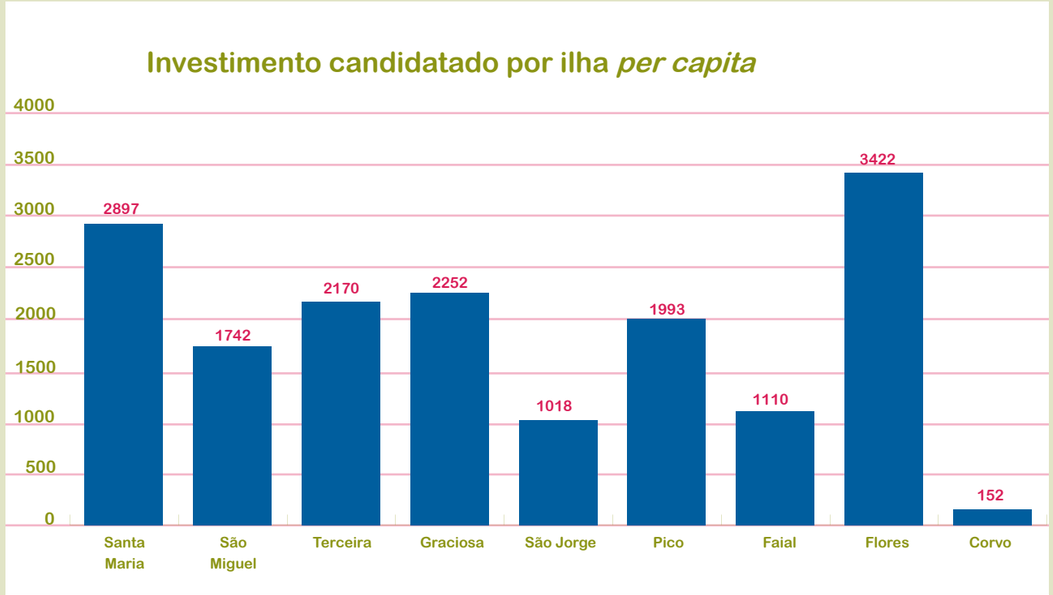
O SIDER tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, através de um conjunto de medidas que visam o reforço da produtividade e competitividade das empresas.

Este sistema é constituído pelos Subsistemas de Apoio ao Desenvolvimento Local (DLA – Mercado Local, DLB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento do Turismo (DTA – Investimento em Capital Fixo, DTB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento Estratégico (DEE) e Desenvolvimento da Qualidade e Inovação (DQI).

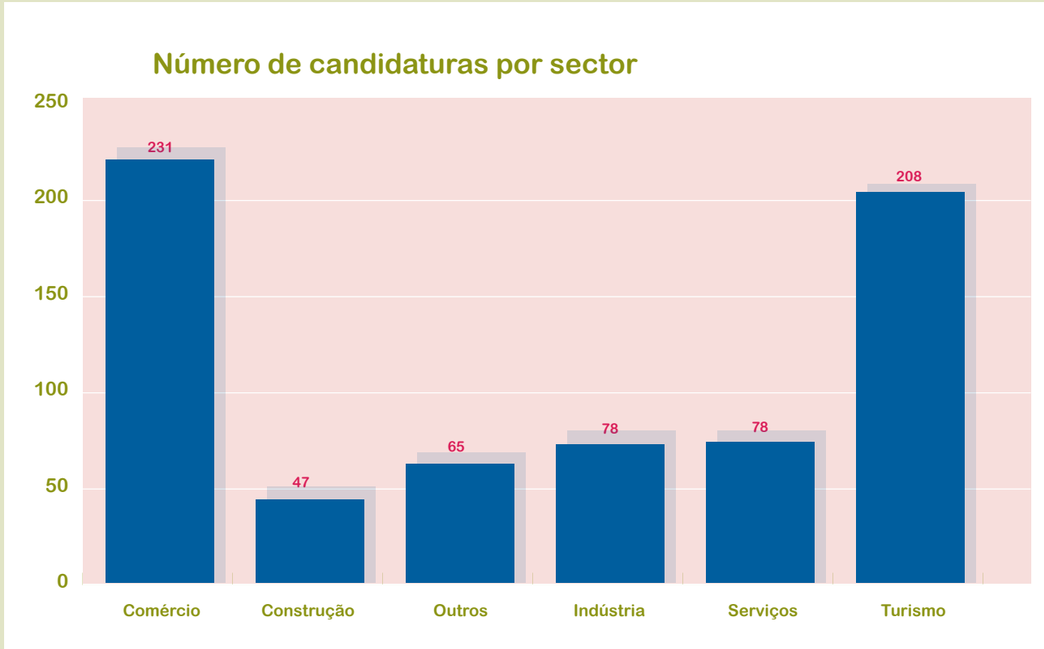
A ilha de São Miguel acolheu até esta data 334 das 707 candidaturas ao SIDER. No outro extremo da tabela encontra-se a ilha do Corvo, com apenas uma candidatura submetida a este sistema de incentivos.



Reflexo dos números anteriores, a maior ilha do arquipélago concentra 51% dos mais de 447 milhões de euros candidatados.

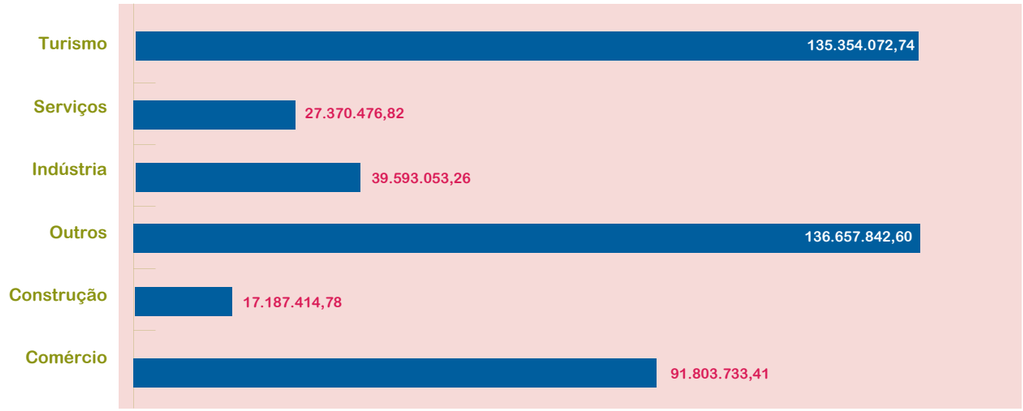


Contudo, é na ilha das Flores que o investimento programado tem mais impacto sobre cada um dos seus habitantes, seguida por Santa Maria.



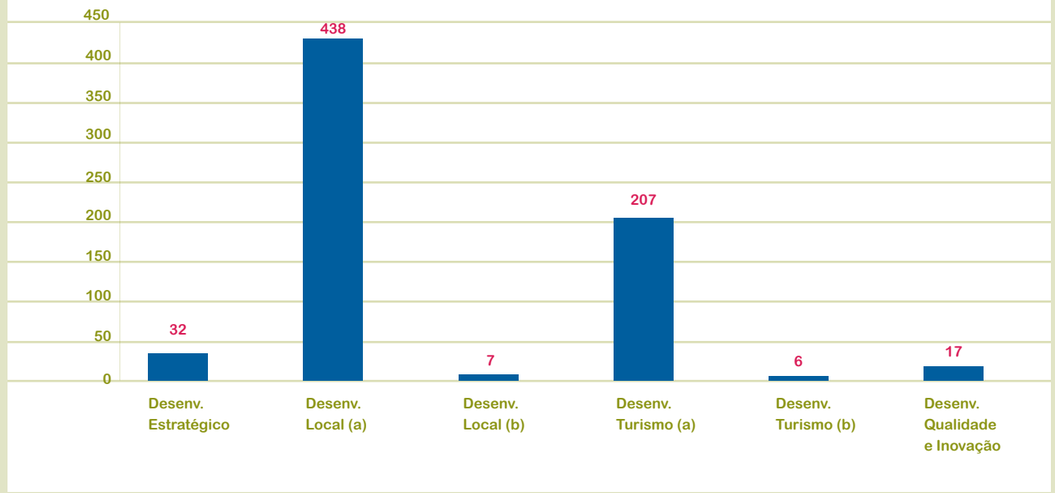
O sector do comércio continua a ser responsável pelo maior número de candidaturas, com 231, seguido pelo turismo com 208.

Investimento candidatado por sector



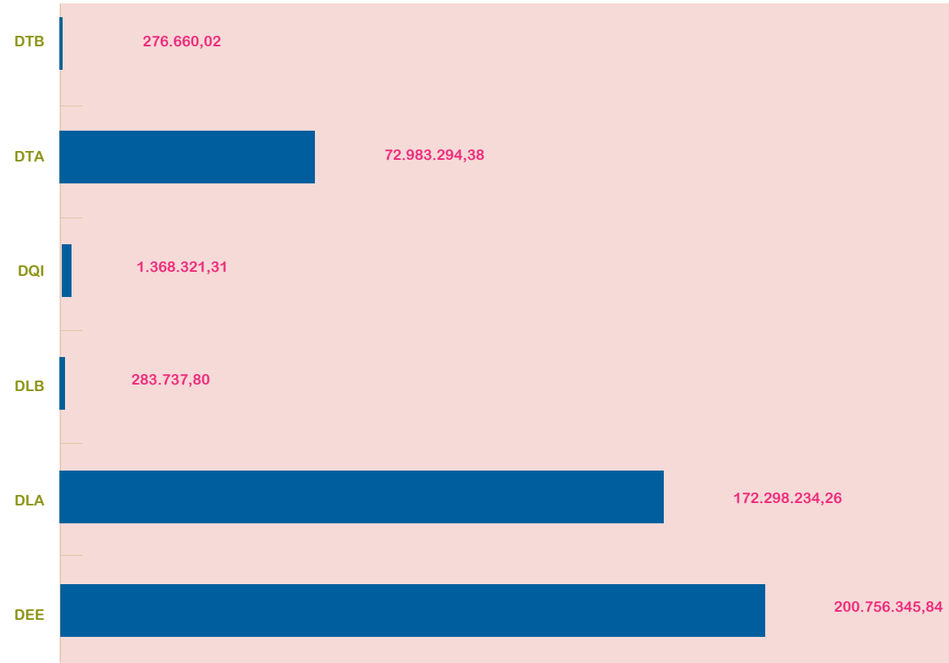
Desta feita, o número de candidaturas não se reflete no investimento candidatado, já que a turismo lidera com 30,2% do investimento candidatado.

Número de candidaturas por subsistema



No que concerne ao desempenho de cada uma das medidas de apoio, nas várias tipologias aceites, as candidaturas ao Desenvolvimento Local destacam-se claramente das restantes categorias, sendo seguidas pelos investimentos em capital fixo do sector do turismo.

Investimento candidatado por subsistema



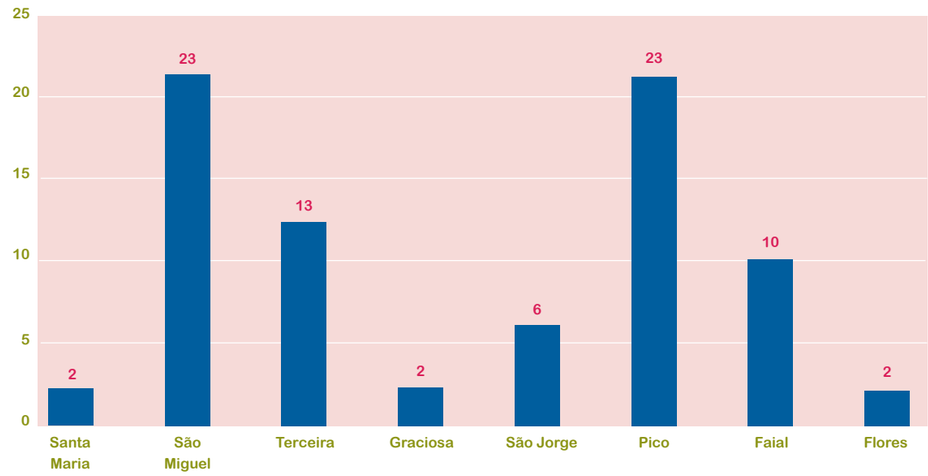
A relação anterior mantém-se quando analisamos o investimento candidatado a cada medida de apoio, contudo, ambas as tipologias são ultrapassadas pelos projetos candidatados ao Desenvolvimento Estratégico, que, pela sua natureza, apresentam valores de investimento muito superiores aos restantes.

Empreende Jovem

O Sistema de Incentivos Empreende Jovem visa, essencialmente, estimular uma cultura de risco e vontade empreendedora, ao promover a criação de empresas de carácter inovador, contribuindo para o incremento de uma nova cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação.

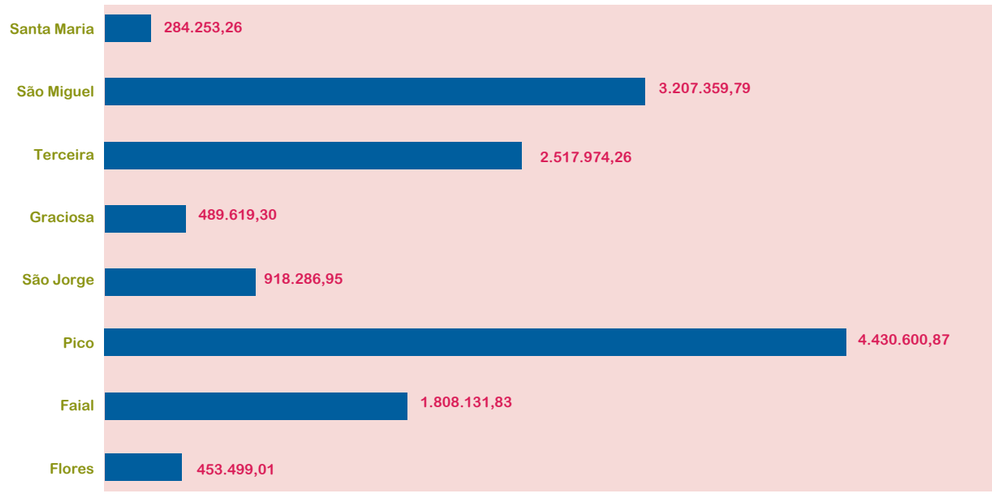
Destinado a jovens empreendedores (empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais e cooperativas, detidas maioritariamente por jovens empreendedores) titulares de nível de formação mínimo correspondente à escolaridade obrigatória, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, podendo alargar-se até aos 40 anos caso os jovens empreendedores tenham gozado de licença de parentalidade até aos 35 anos.

Número de candidaturas por ilha



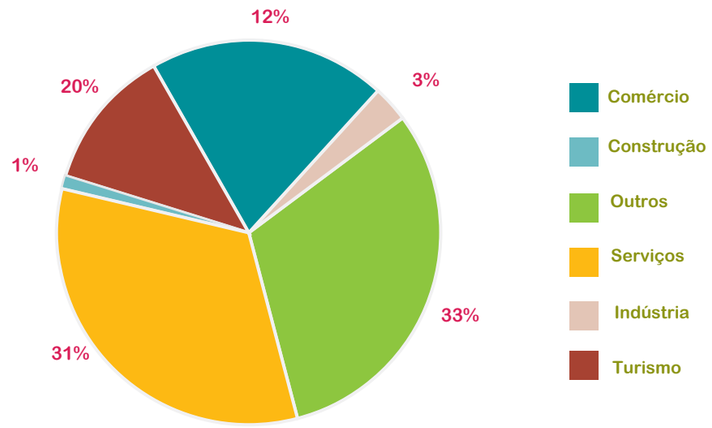
Nos últimos dois anos deram entrada 81 candidaturas ao Empreende Jovem, sendo que são as ilhas de São Miguel e Pico que lideram o número de candidaturas estando empatadas com 23 projetos. Logo a seguir surge a Terceira com 13 projetos e o Faial com 10 projetos.

Investimento candidatado por ilha



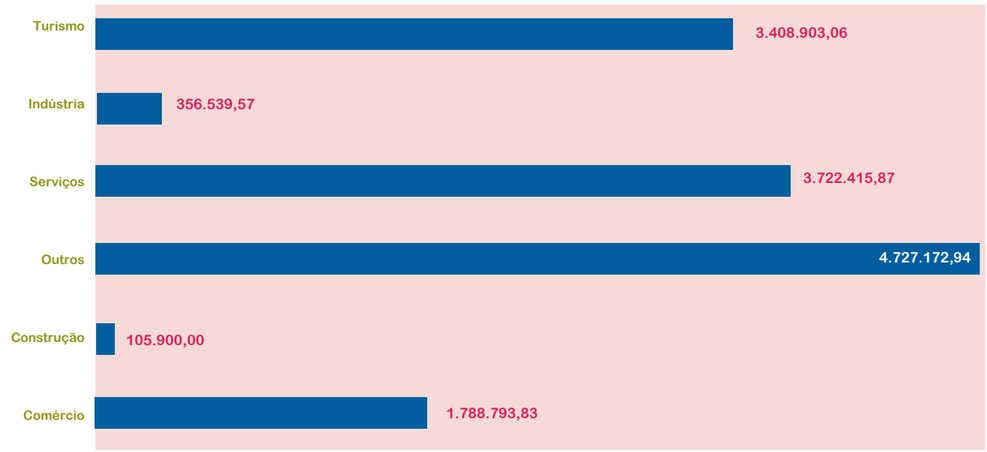
É na ilha do Pico que se concentra a maior parte do investimento candidatado a esta medida de apoio.

Número de candidaturas por sector



No que respeita aos sectores de atividade verifica-se que são os Serviços que ocupam 26,4% das candidaturas, ficando reservado 73,6% para os outros sectores de atividade.

Investimento candidatado por Sector



Em termos de investimentos verifica-se a respetiva correspondência entre o número de candidaturas por sector e o montante de investimento candidatado. A maior parte do investimento é aplicada no sector dos Serviços, seguindo-se o Turismo.

Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

DIREÇÃO REGIONAL DE APOIO AO
INVESTIMENTO E À COMPETITIVIDADE

€mpreender